

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

ROBERTA JUSTO ROSSONI

**A ESCOLHA LEXICAL QUANDO DO USO DA LINGUAGEM POLITICAMENTE
CORRETA:**

Uma Análise de Acordo Com a Teoria das Implicaturas de Grice

Porto Alegre

2009

ROBERTA JUSTO ROSSONI

**A ESCOLHA LEXICAL QUANDO DO USO DA LINGUAGEM POLITICAMENTE
CORRETA:**

Uma Análise de Acordo Com a Teoria das Implicaturas de Grice

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre, pelo programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Jorge Campos da Costa

Porto Alegre

2009

ROBERTA JUSTO ROSSONI

A ESCOLHA LEXICAL QUANDO DO USO DA LINGUAGEM POLITICAMENTE
CORRETA: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM A TEORIA DAS IMPLICATURAS DE
GRICE

Dissertação apresentada como re-
quisito para obtenção do grau de
Mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Faculdade
de Letras da Pontifícia Universida-
de Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 06 de janeiro de 2009

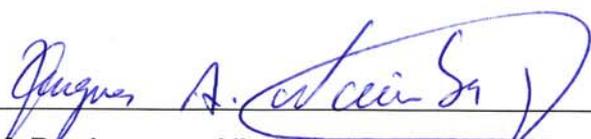
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Jorge Campos da Costa - PUCRS



Profª. Dr. Sabrina Pereira de Abreu - UFRGS



Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg - PUCRS

AGRADECIMENTO

A CAPES, por financiar este estudo.

A meu professor orientador, Jorge Campos da Costa, pelo apoio e por me fazer acreditar em minhas escolhas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, nas pessoas de todos seus professores e funcionários, pelo esforço e comprometimento.

Aos meus pais, Ceres e Edison que, mesmo sem saber, muitas vezes foram a inspiração para seguir em frente e não desistir.

À Claudia, à Laura e ao Jefferson, que compartilharam desta caminhada e deram-me apoio incondicional.

À colega e amiga Rita, companheira fiel nestes dois anos, sempre pronta a sanar dúvidas, dividir angústias e vitórias.

Aos amigos em geral, pela compreensão em momentos difíceis e de muito trabalho.

Àqueles que participaram da pesquisa de campo, pelo apoio voluntário e essencial.

Numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo é publicamente inaceitável, o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua

James Milroy

RESUMO

O presente trabalho trata da análise de expressões lingüísticas consideradas *politicamente corretas*, avaliando-se como a escolha lexical do falante pode determinar as inferências pragmáticas feitas pelo ouvinte. Por ser um estudo de caráter teórico, sendo a pesquisa de campo de ordem diagnóstica, levar-se-ão em conta aspectos lingüísticos das áreas da Semântica e da Pragmática, como o estudo sobre as Implicaturas, desenvolvido por Grice (1975), além das devidas corroborações feitas por outros autores, como Levinson (1983/2000), Costa (1984) e Sperber & Wilson (1995), bem como aspectos do estudo do Léxico. Para tanto, serão analisados exemplos de tipos de inferências que geram efeitos de *politicamente correto* retirados de trechos de diálogos, ou constituídos pelo pesquisador, sem levar em conta aspectos empíricos.

Palavras-chave: Lingüística– Pragmática – Inferência – Escolha Lexical – Linguagem Politicamente correta.

ABSTRACT

The following research points out the analysis of linguistic expressions considered *politically correct*, evaluating how the speaker's lexical choice can determine the pragmatic inferences made by the listener. As this is a theoretical research, and it is diagnostic, linguistic aspects of Semantics and Pragmatics areas will be analyzed, such as the study of Implicatures, developed by Grice (1975), and the cooperation by other authors, such as Levinson (1983/2000), Costa (1984) and Sperber & Wilson (1995), as well as aspects of the study of the Lexicon. Examples of types of inferences that generate effect of *political correctness*, taken from conversational dialogues or developed by the researcher, will be analyzed.

Key-words: Linguistics – Pragmatics – Inference – Lexical Choice – Political Correctness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA	10
1.1 VISÃO GERAL SOBRE O ASSUNTO.....	10
1.2 A LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA NOS EUA: A PREOCUPAÇÃO COM O SEXISMO E OUTROS TIPOS DE PRECONCEITO	14
1.3 USO POLÍTICO.....	16
1.4 A CARTILHA POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS.....	17
1.5 SENSIBILIDADE <i>VERSUS</i> CENSURA	20
1.6 TRECHOS DE DIÁLOGOS ORAIS CONTENDO EXPRESSÕES <i>POLITICAMENTE CORRETAS E INCORRETAS</i>	24
2 ARQUITETURA TEÓRICA CONCEITUAL	27
2.1 A INTERFACE SEMÂNTICA - PRAGMÁTICA.....	27
2.2 A INFERÊNCIA SOB O PONTO DE VISTA LÓGICO	31
2.3 TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE	33
2.4 A RELEVÂNCIA DA RELEVÂNCIA.....	36
2.5 O ESTUDO DO LÉXICO	38
3 A ESCOLHA LEXICAL QUANTO AO USO DA LINGUAGEM <i>POLITICAMENTE ... CORRETA</i>	42
3.1 ABORDAGEM EMPÍRICA: QUESTIONÁRIO	42
3.1.1 Objetivos	43
3.1.2 Hipóteses / Questões Norteadoras	43
3.1.3 Sujeitos	43
3.1.4 Descrição do Instrumento	44
3.1.5 Procedimentos	46
3.1.6 Resultados Prévios	46
3.1.7 Análise das respostas nos instrumentos de análise	47
3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS A PARTIR DA TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE: AS INFERÊNCIAS QUANDO DO USO DA LINGUAGEM <i>POLITICAMENTE CORRETA</i>	49
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	64
ANEXOS	71
CURRÍCULO LATTES	s.p.

INTRODUÇÃO

A linguagem humana há muito tempo tem sido foco de estudo. A Lingüística, que é o estudo científico da linguagem, é a área que tem tratado, entre outros prismas, do caráter comunicativo da língua. A Semântica e a Pragmática, subáreas lingüísticas, optam por analisar as relações de sentido e significado das palavras.

Sempre que se fala em comunicação, fala-se também em entendimento. Como as pessoas entendem o que lhes é dito? Como um falante escolhe as expressões a serem usadas de forma a melhor se fazer entender? Muitos problemas de comunicação se dão exatamente quando falante e ouvinte não *cooperam* entre si. Em outros casos, a mensagem emitida por um não é plenamente compreendida pelo outro.

Isto acontece, pois tudo que é expresso em palavras carrega, consigo, mensagens implícitas. Aquilo que é comunicado e *não-dito* é chamado de *Implicaturas*, conforme se verá mais adiante. Implicar significa expressar implicitamente. E tudo que é entendido a partir do que é dito, mas que de fato não é dito, é *inferido* pelo ouvinte. Se muito mais é comunicado do que é efetivamente dito, como as pessoas conseguem se entender?

Partindo-se deste pressuposto, como foco para a abordagem teórica das Inferências, decidiu-se por analisar as expressões lingüísticas consideradas *politicamente corretas* e *incorretas*, além de investigar a escolha lexical do falante ao fazer uso desse tipo de linguagem. Por fim, pretende-se avaliar como esta escolha lexical pode determinar as inferências pragmáticas feitas pelo ouvinte.

Este trabalho trata do uso da dita linguagem *politicamente correta*, ou, em outras palavras, a linguagem em uso que tenta eximir o falante de qualquer tipo de prejuízo quanto ao entendimento daquilo que ele pretende informar. Além disso, é necessário perceber como a escolha lexical feita pelo falante pode determinar as inferências do ouvinte, inferências estas que geram o efeito do *politicamente correto*. É necessário salientar que a idéia de *politicamente correto* perpassa vários tópicos, como sexismo, racismo, etc. Alguns destes tópicos serão aqui analisados. Estas serão análises próprias do pesquisador, que não seguem seqüência alguma.

A escolha do presente tema deve-se, inicialmente, à grande e corriqueira ocorrência de discursos e usos de expressões comumente intituladas de

politicamente corretas - expressões utilizadas que tentam evitar que o falante sofra algum tipo de julgamento quanto ao entendimento daquilo que ele pretende expressar.

As diferenças quanto à raça, ao gênero, à opção sexual ou a outra característica entre as pessoas sempre causaram certa distinção entre elas; no entanto, tem-se percebido certa preocupação em evitar que essa distinção possa representar preconceito. Além disso, os próprios falantes começaram a sentir, intuitivamente ou por pressão social, a necessidade de fazer-se entender de forma clara, a fim de não acarretarem mal-entendidos ou qualquer outro tipo de prejuízo quanto ao entendimento.

Além de expressões *politicamente corretas*, outro foco de estudo são exatamente trechos de comunicação em que a linguagem *politicamente correta* deveria ter sido usada e não foi. São casos, por exemplo, de sexismo na linguagem, onde se percebe a preferência ou o privilégio de um gênero em detrimento do outro. Outra possibilidade de abordagem são os casos em que a linguagem expressa, explicitamente, idéias de racismo ou outro tipo de preconceito. Nesses casos, a polidez na comunicação seria conveniente, tanto para não atingir agressivamente o ouvinte, como para eximir o falante de possíveis julgamentos.

Para tanto, e como subsídio teórico para a análise, decidiu-se levar em conta dois aspectos quanto à interface semântica-pragmática: O primeiro foi a escolha lexical, ou seja, entre as opções de escolha de palavras como casos de sinonímia, antonímia, ou outra relação de significado, aquela pela qual o falante opta. Essa escolha pode vir a ser mais ou menos determinante no ato inferencial do ouvinte. Para tanto, determinou-se levar em conta aspectos teóricos acerca do léxico. A noção de léxico veio suplantar, em meados do século XX, a idéia de vocabulário, a ponto de corroborar a idéia de Semântica como a ciência que estuda a história das palavras (TAMBA-MECZ, 2006, p. 28).

O segundo aspecto teórico a ser entendido como fundamento é a já mencionada Teoria das Implicaturas de Grice (1975) que, no âmbito da pragmática, apresenta-se como uma das teorias mais completas e importantes quanto à hipótese de que, ao utilizar a linguagem, muito mais é comunicado do que simplesmente o que é dito explicitamente pelo falante. Ou seja, idéias implícitas complementam a compreensão do que é comunicado entre falante e ouvinte. Grice (1975) acredita que quando duas ou mais pessoas interagem e conversam entre si, ocorre o

processamento de inferências, que ultrapassam o que é dito; inferências essas que são consideradas o conteúdo implícito, ou as *implicaturas*.

Além disso, estudar as inferências causadas pelo falante que utiliza certas expressões pode tanto vir a demonstrar que são exatamente essas inferências que dão crédito e efetivam o *politicamente correto*, como também podem denunciar e deixar vaziar preconceitos.

Como já dito, este é um tema amplo; por haver sido pouco estudado como um fenômeno lingüístico único, esse estudo se faz importante. Nesse trabalho, vários tipos de preconceito lingüístico, ou, em outras palavras, preconceito sobre a linguagem e através dela, poderão ser analisados e comparados, algo que não havia sido feito antes. O fenômeno do *politicamente correto* na linguagem é foco de estudo desta pesquisa, que pode vir a ser um meio possível de contribuição para os estudos lingüísticos atuais.

1 LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA

1.1 VISÃO GERAL SOBRE O ASSUNTO

Quando alguém usa a linguagem em contextos comunicativos tentando eximir-se de qualquer tipo de prejuízo quanto ao entendimento daquilo que pretende informar, este falante está fazendo uso da *linguagem politicamente correta*. Essa forma de expressão está intimamente ligada a aspectos que vão além da linguagem em si, mas a conceitos culturais e sociais. Ela representa um cuidado para que nada que seja comunicado possa – de alguma forma – vir a ser mal-interpretado, ou pior: vir a ser interpretado sob a forma de preconceito social.

De acordo com o site Wikipedia,¹

[...] politicamente correto (ou correção política) é uma política que consiste em tornar a linguagem neutra em termos de discriminação e evitar que possa ser ofensiva para certas pessoas ou grupos sociais, como a linguagem e o imaginário racista ou sexista.

A definição do termo *politicamente correto* gera certas dificuldades, uma vez que essa expressão está intimamente relacionada a ideologias. Diversos estudiosos concordam, entretanto, que vêem o *politicamente correto* como um processo que lida com questões sexistas, étnicas, religiosas, de capacidade ou de traços de personalidade, além das conseqüências destas questões no âmbito individual (SCHENZ, 1994, p. 23).

Historicamente, sabe-se que minorias sociais sempre foram desprezadas e desvalorizadas. Exemplos desse tipo de opressão são comuns, principalmente contra pessoas de menor poder aquisitivo, de raças diferentes às dominantes, ou até mesmo contra as mulheres, essas últimas vítimas de julgamentos de inferioridade por muitos anos.

Estudos mostram que existe, inclusive, uma hipótese de que a linguagem, por si só, seja um meio de opressão. Malcolm Coulthard (1991, p. 66) diz que “no passado os homens tinham controle da linguagem, e através dos tempos moldaram-na de forma a subjugar as mulheres.”

¹ Esta e as demais referências a Wikipédia são de livre acesso em: <http://www.wikipedia.org>.

Manipular a linguagem é uma maneira de utilizá-la em favor do falante. É, inclusive, uma demonstração de que esse falante conhece a linguagem que usa e pode moldá-la a fim de atingir certos objetivos. No entanto, segundo Bagno (2003), a manipulação da linguagem de forma negativa pode ser observada em *1984*, livro de George Orwell (1984), em que um ficcional governo autoritário, na tentativa de evitar que os cidadãos tivessem pensamentos *politicamente perigosos*, modificou a linguagem utilizada (p. 66). A linguagem é, de acordo com Bagno (2003), “de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez o mais complexo e sutil [...]” (p.16). Todo falante que deseja exprimir autoridade e hierarquia faz uso de expressões lingüísticas que corroboram esse objetivo.

No que tange às mulheres, por exemplo, a partir de um dado momento na história, mais precisamente por volta das décadas de 60 e 70, mulheres começaram a se rebelar contra todo o autoritarismo exercido sobre elas, inclusive na linguagem. Neste momento começaram a surgir teorias feministas que propunham que toda a linguagem traria mensagens subliminares de autoritarismo masculino e, por que não, *machista*.

Entretanto, o uso do gênero neutro, por exemplo, é comum em diversas línguas, o que faz dessa afirmação algo talvez exagerado. No caso da Língua Portuguesa, a neutralidade se dá no uso de expressões neutras em que o gênero gramatical não é marcado, e que incluem as femininas. Por exemplo, “os estudantes” incluem tanto meninas quanto meninos. Feministas, entretanto, defendem a idéia de que o gênero não marcado, intuitivamente *masculino*, ter sido escolhido como neutro já é, por si só, demonstração de machismo. Sob este ponto de vista, a fim de se ser *politicamente correto*, o falante deveria fazer uso de um artigo, digamos, misto, como *as/os*. Outro caso seria o fato de, em Língua Inglesa, se utilizar o pronome de tratamento *Ms.* para substituir tanto *Miss* ou *Mrs.*, que, na concepção de muitos, denotam certo julgamento quanto à mulher, segundo seu estado civil. No caso do pronome, existe apenas um: *Mr.*

De qualquer forma, a existência do preconceito lingüístico é algo a ser questionado. De acordo com Bagno,

[...] o que existe, de fato, é um profundo e entranhado ‘preconceito social’. [...] discriminar alguém por ser negro, índio, pobre, nordestino, mulher, deficiente físico, homossexual, etc. já começa a ser considerado ‘publicamente inaceitável’ (o que não significa que essas discriminações tenham deixado de existir) e ‘politicamente incorreto’ (lembrando que o

discurso do 'politicamente correto' é quase sempre pura hipocrisia) [...] (2003, p. 16).

Com o passar do tempo, percebeu-se certa preocupação em evitar que a distinção entre as pessoas pudesse representar preconceito. Além disso, os próprios falantes começaram a sentir, intuitivamente ou por pressão social, a necessidade de fazer-se entender de forma clara, a fim de não acarretarem mal-entendidos ou qualquer outro tipo de prejuízo quanto à compreensão do que estavam falando. Falar *politicamente correto* nada mais é do que uma tentativa de se combater o preconceito.

Discriminar alguém devido à sua origem, raça, situação econômica ou social é algo que não se deve aceitar. Depois de essa prática ter sido utilizada por tanto tempo, percebe-se certo cuidado entre os falantes para evitar a manifestação desse tipo de preconceito, o que não necessariamente significa que o preconceito tenha deixado de existir. Entretanto, a já mencionada *pressão social* a favor da linguagem *politicamente correta* tende a, de alguma forma, impor essa idéia; também pode vir a ser confundida com o cerceamento à liberdade de expressão. Afinal, as pessoas, em princípio, têm o direito de expressarem suas idéias livremente, e *censurar* sua linguagem seria não respeitar esse direito.

Além disso, deve-se ter em mente que o simples fato de utilizarem-se expressões ditas *politicamente corretas*, por si só, não reflete obrigatoriamente em atitudes *politicamente corretas*. Em outras palavras, a linguagem deveria ser o reflexo do que as pessoas têm feito quanto a evitar que qualquer diferença entre as pessoas se torne fator de discriminação. No entanto, falar *politicamente correto* não necessariamente implica agir de tal maneira. Conforme visto anteriormente, apesar de o *politicamente correto* incluir mais do que simples linguagem, mas todo um comportamento e uma postura sociais, é, de certa forma, difícil de afirmar como e de que teoria esse tipo de linguagem se originou.

Sírio Possenti, lingüista, diz que

[...] uma característica do politicamente correto é que suas teses e suas práticas não derivam de uma teoria da linguagem explícita. É verdade que uma posição genérica bastante clara comanda o movimento, ou o atravessa: a de que a linguagem pode expressar preconceitos, ideologias, posições. O que não há é uma teoria clara na qual se fundamente uma luta contra a expressão de tais preconceitos, de tais posições. Em nenhum lugar se formula explicitamente uma tese sobre as línguas, alguma hipótese sobre o que teria sido uma língua sem essas características, ou o que é

mesmo – se é que seria possível, uma língua expurgada de palavras ou expressões preconceituosas.²

A partir dessa afirmação, o que se reafirma é que o comportamento *politicamente correto* – mais amplo do que a linguagem e que a engloba – esse sim talvez tenha sua origem conhecida, ou creditada; isso será analisado em seguida. A linguagem tem a possibilidade e o poder de exprimir não só desejos, vontades, preferências, como também ideologias e crenças. É evitando que essa expressão possa transmitir alguma idéia errônea do que o falante pretende ao comunicar-se que se percebeu esse cuidado em “lapidar” as palavras e expressões lingüísticas a serem usadas.

Ainda em relação ao movimento *politicamente correto* nas escolas, um artigo publicado na revista IstoÉ de 10 de Setembro de 2008, intitulado *A invasão do politicamente correto*, dá uma visão atualizada e geral sobre o assunto, e também fala sobre como as escolas, modo geral, têm tentado encontrar uma maneira de eliminar o preconceito que certas expressões podem apresentar. Cantigas de roda clássicas já têm tido suas letras modificadas por serem consideradas inadequadas. É o caso de *Atirei o pau no Gato*, que, entre outras mudanças, agora apresenta o verso *Não atire o pau no gato*.³

Sobre a linguagem, ela é parte constitutiva da identidade dos falantes, e, de acordo com Bagno,

[...] por estar sujeita às circunstâncias do momento, às instabilidades psicológicas, às flutuações do sentido, a língua em grande medida é opaca, não é transparente. Isso faz da prática da interpretação uma atividade fundamental da vida humana, da interação social. (2003, p. 19).

Frank (1989), diz que

A linguagem combina as funções de espelho, ferramenta e arma [...] A linguagem reflete a sociedade [...] seres humanos usam-na para interagir com os outros [...] a linguagem pode ser usada por grupos que usufruem dos privilégios do poder [...] para legitimar seu próprio sistema de valores [...] ao rotular outros de ‘pervertido’ ou ‘inferior’[...] [tradução nossa]⁴

² O artigo original em que essa citação se encontra, bem como seu texto na íntegra, pode ser encontrado online no endereço eletrônico do site PrimaPagina, disponível em: http://www.primapagina.com.br/materia_ver.php?contador=19149&coluna=litter. Acesso em: 22 set. 2008.

³ Cópia do artigo na íntegra encontra-se em anexo.

⁴ Apud <http://www.cyberpat.com/shirlsite/samples/polcor.html>. Acesso em: 22 maio 2008. “language ‘combines the functions of a mirror, a tool, and a weapon: ...[language] reflects society...human beings

Possenti remete, ainda, a uma possível origem do movimento *politicamente correto*, quanto à sua forma escrita. Ele diz que foi na escola, e em relação aos livros escolares, que o cuidado com o *politicamente correto* se originou. O que pode vir a ser uma boa explicação, uma vez que nesse tipo de material – livros didáticos – encontram-se exemplos do que há de mais correto; tudo que foge disso, ou que possa vir a ser considerado controverso, fica de fora.

1.2 A LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA NOS EUA: A PREOCUPAÇÃO COM O SEXISMO E OUTROS TIPOS DE PRECONCEITO

Nos Estados Unidos, de acordo com o website Wikipedia, a primeira citação referente ao assunto foi *not politically correct*,⁵ em uma decisão da Suprema Corte de 1793.⁶ O termo *politically correct* tem um, por assim dizer, sinônimo, em Inglês, que é *political correctness*.⁷ Este termo, inclusive, parece ser bem mais utilizado do que aquele atualmente. Entretanto, sobre a origem dessas expressões nada pode ser declarado convictamente. Os diversos autores que mencionam o assunto concordam apenas que somente no século XX que o termo se difundiu.

Conforme visto na seção anterior, foi na década de 1960, quando a consideração e o tratamento preferencial às minorias começaram a tomar força, graças ao contexto social, que feministas já demonstravam insatisfação com termos considerados *neutros* que, a seu ver, denotavam machismo. Na Língua Inglesa é possível observar várias expressões desse tipo, como quando, a referir-se a uma terceira pessoa de gênero não identificado, o falante faz uso de *they*, que incluiria as duas opções – *he* ou *she*. Isso ocorre, principalmente, porque alguns países falantes da Língua Inglesa já vem se preocupando com a adoção destes termos *politicamente corretos*, preocupação essa com o preconceito que então começou a impor reflexos na linguagem.

use it to interact with one another ... land] language can be [used] by groups that enjoy the privileges of power ... to legitimize their own value system ... by labelling others 'deviant' or 'inferior' (1989: 108).” **Todas as expressões em outras línguas que não o Português, a partir de agora, serão, como esta, traduções nossas.**

⁵ Não *politicamente correto*.

⁶ Vide nota 1.

⁷ Correção Política.

Todavia, ao tratar-se de preconceito lingüístico, qualquer atitude extrema pode causar desconforto. Ao considerar uma dada expressão lingüística *machista*, não se estaria sendo, por outro lado, *feminista*? Em outras palavras, negar um dos lados pode vir a salientar o outro. Spender (1980) afirma que

[...] os seres humanos não podem descrever o Universo imparcialmente. Para descrevê-lo, precisam primeiramente ter um sistema classificatório. Paradoxalmente, no entanto, quando têm esse sistema classificatório, em outras palavras, uma linguagem, podem perceber algumas coisas arbitrárias.

Dizer isto é dizer que dificilmente se atingirá, um dia, a imparcialidade total, e que certa parcialidade, mesmo que na linguagem, é, e sempre será, de certa forma, arbitrária e necessária. Ou seja, mesmo utilizando expressões lingüísticas ditas *politicamente corretas*, é possível que algum detalhe lhe escape, o que pode vir a ser suficiente para causar algum prejuízo no entendimento.

No entanto, antes mesmo desta época, ainda na década de 1940, o lingüista Sapir já dizia que a linguagem seria um guia para a realidade social; juntamente com Whorf, deu origem à hipótese de que a linguagem influencia nossa visão de mundo e “poderosamente condiciona todo o nosso pensamento acerca de problemas e processo sociais”.⁸ Sobre essa hipótese, chamada *hipótese Sapir-Whorf*, deve-se saber que, de acordo com a Wikipedia,

[...] Sapir afirmava que a percepção de um observador sobre o mundo ao seu redor é controlada de alguma forma fundamental pela linguagem que ele usa. Por exemplo: o conceito de tempo nos tempos verbais – presente, passado, futuro. Na língua hopi não há tempos verbais, mas marcas de diferenciação sobre relato de fatos, expectativas e verdades gerais. Também Benjamin Whorf achava que a linguagem pode restringir o pensamento, ou seja: a linguagem funda a realidade. Nomes de cores, por exemplo, podem variar enormemente. Em navajo, cinza e azul tem uma só palavra; em hebraico, há uma palavra para azul do céu e outra para azul do mar. Em shona, há uma só palavra para laranja, vermelho e roxo. Sapir acreditava que a lingüística como ciência é uma forma de libertação, uma evidente ruptura da cadeia historicamente construída.⁹

Nilson (1977, p. 181) diz que em 1975 o Conselho Nacional de Professores de Inglês dos EUA tinha um assunto em voga: o uso não-sexista da linguagem. Nos

⁸ FRANK & TREICHLER, 1989, p. 109. Apud <http://www.cyberpat.com/shirlsite/samples/polcor.html>. Acesso em: 19 maio 2008.

⁹ Vide nota 1. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Sapir. Acesso em: 22 maio 2008.

anos seguintes, a determinação social pela luta em favor dos direitos civis e igualdade racial deu ainda mais força à luta feminista.

Stimpson (1991) cita que o fenômeno *politicamente correto* como uma resposta a dois fatores: as relações entre poder e cultura e o desenvolvimento de ligações entre mudanças sociais nos *campus* na década de 1990, quando a presença de mulheres, gays e lésbicas, além de grupos raciais minoritários, aumentaram nas universidades americanas.

No Brasil, recentemente tem-se observado uma preocupação da mídia em tratar do tema *politicamente correto*. Um exemplo disso é a reportagem veiculada no jornal *O Sul* em 4 de Outubro de 2008, que trazia no título a manchete *O machismo sempre presente na Música Popular Brasileira*.¹⁰ Este artigo apresenta trechos de músicas brasileiras que, de uma forma ou de outra, têm um caráter sexista. Além disso, quase todas trazem palavras como *surra* ou *murro*, em relação a como se trataria a mulher.

Obviamente, a preocupação americana com atitudes e expressões lingüísticas *politicamente corretas* só se intensificou. Um exemplo clássico disto é uso da expressão *Afro-americanos*,¹¹ usada para designar os cidadãos negros, ou ainda *hispanicos*, para designar cidadãos de origem latina. Ainda por volta de 1970, o Departamento do Interior de Governo dos EUA criou a expressão *Americanos Nativos*,¹². Com ela agrupava tanto esquimós como havaianos e outros povos, conjuntamente, numa tentativa de eliminar suas verdadeiras identidades. Acerca de expressões como estas, em especial, análises mais profundas serão feitas em seções seguintes.

1.3 USO POLÍTICO

Como já dito anteriormente, a linguagem pode exprimir ideologias, inclusive de origem política. É exatamente nesse campo, da política, que se pode perceber a maior preocupação com o *politicamente correto*. O jornalista Eduardo Martins, autor

¹⁰ Cópia da reportagem na íntegra encontra-se em anexo.

¹¹ African-American.

¹² Native-American.

de alguns textos que abordam esse assunto, lembra, em um de seus artigos,¹³ que o Ex-presidente da República José Sarney inovou ao imprimir em seus discursos à Nação o vocativo, “*brasileiros e brasileiras!*”.

O próprio presidente Lula foi alvo de grande expectativa e angústia por parte de certas pessoas devido à sua origem simples. O temor era de que ele, ao ser eleito presidente, ou colaboraria para o fim do preconceito lingüístico em nosso país, ou – exatamente por se tratar de uma pessoa que, de certa forma, não domina a dita *norma culta, padrão* – seria ele próprio, alvo de mais preconceito.

O que se vê, no entanto, é um cuidado por parte do mesmo para evitar qualquer expressão pejorativa. Já se ouviu o presidente Lula referir-se à população com um *politicamente correto* “*todos e todas*”, numa tentativa de não excluir as mulheres de sua referência. Expressões como essa estão se tornando comum aos ouvidos da população, percebendo que, cada vez mais, os políticos tendem a tentar resguardar-se de qualquer possível imagem preconceituosa que possam transmitir em seus discursos.

Nos EUA, após os ataques terroristas de 11 de setembro, percebeu-se uma grande preocupação política quanto ao *politicamente correto*. Na verdade, observou-se o uso de expressões desse tipo com outras intenções, como atacar o governo norte-americano, que provocou a guerra contra o Afeganistão, e mais tarde contra o Iraque, sob a desculpa de “combater o terrorismo”.

Da mesma forma, em retaliação à França, país que não apoiou a invasão norte-americana no Iraque, alguns americanos renomearam as já conhecidas *French Fries* (batatas-fritas) de *Freedom Fries* (batatas da liberdade / batatas Livres), também como forma de boicotar o vinho francês e outros produtos desta origem comercializados e consumidos nos EUA.

1.4 A CARTILHA POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS

Em 2004, o governo brasileiro, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançou um documento chamado de *Politicamente Correto & Direitos*

¹³ O artigo na íntegra pode ser encontrado on line. Disponível em: <http://www2.livrariacultura.com.br/culturanews/n149/edicao/imagem/n149.pdf>. Acesso: 14 set. 2008.

Humanos, uma cartilha que apresentava uma lista de palavras, em Língua Portuguesa, que deveriam ser evitadas e substituídas por outras, a fim de se ser *politicamente correto*. À publicação dessa cartilha não houve grande divulgação; tampouco surtiu o efeito esperado. Críticos creditam esse certo “fracasso” ao fato de que ela teria sido uma tentativa, ao estilo norte-americano, de combater o preconceito através da linguagem, mas que o efeito não foi o esperado porque se tratava de um país muito diferente culturalmente dos EUA, onde, certamente, esse tipo de publicação teria muito mais enfoque e repercussão.

Certamente, no Brasil, assim como nos EUA, também existem problemas sociais tais como racismo, discriminação, e, por que não, discriminação através de expressões pejorativas. No entanto, o Brasil é visto como um país não tão “extra-sensível e autoconsciente”.¹⁴ Da mesma forma, não se percebe, no Brasil, a mesma preocupação, ou em mesmo grau, quanto ao que é ou deixa de ser *politicamente correto*.

A própria cartilha, em sua apresentação, traz a citação de que

Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o “outro” por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas (QUEIROZ, 2004, p.11).

Sobre o assunto, Andrew Downie escreveu um artigo no *The Christian Science Monitor*, em 17 de maio de 2005, em que ele diz que

[...] o movimento traz uma luz a culturalmente complexa relação entre palavras e preconceito na região. Na ausência de racismo institucional, a desculpa implícita de termos racial sensíveis é uma das razões que o racismo persiste aqui, muitos peritos dizem. "Se você usa a palavra N em público nos Estados Unidos, você perderá seu trabalho, quanto a isso não há dúvidas. É inaceitável." diz Thomas Stephens, autor do "Dicionário de Terminologia racial e étnico latino-americano". "Mas no Brasil ninguém fez um esforço verdadeiro para remover estas palavras da língua. O Brasil nunca se corrigiu como os Estados Unidos o fez [...]"¹⁵

¹⁴ Expressão utilizada no texto Political Correctness comes to Brasil, kind of... Disponível em: <http://www.brazilbrazil.com/pcbrasil.html>, acesso em: 19 maio 2008.

¹⁵ [...] the move shines a light on the culturally complex relationship between words and prejudice in the region. In the absence of institutional racism, the implicit condoning of racially sensitive terms is one of the reasons racism persists here, many experts say. "If you use the N-word in public in the United States, you will lose your job, there's no question about it. It is unacceptable," says Thomas

De certa forma, o que se percebe é que, ao comparar a preocupação quanto ao *politicamente correto* no Brasil e nos EUA, nosso país, realmente, ainda tem um longo caminho a traçar. O mesmo autor explica que, ao utilizar a expressão *racismo institucional*, na verdade estão se referindo ao fato de que, desde a abolição da escravidão, nunca se criou banheiros diferentes para brancos e negros, locais específicos para cada um em transporte público, ou coisas do gênero. Com isso, acreditava-se que no Brasil talvez não houvesse, realmente, racismo.

De acordo com Downie, um dos fatores que dificulta a percepção do racismo na linguagem é o uso de sufixos diminutivos como *-inho* ou *-inha*. Acrescentando-se uma dessas partículas, a palavra parece que tem seu sentido suavizado. O uso de eufemismos, como *neguinha*, denota um tipo grave de racismo, mas no Brasil acaba sendo usado até mesmo de maneira afetuosa ou menos agressiva.¹⁶

Além de diminutivos e eufemismos, a cartilha propõe também algumas formas estereotipadas como baníveis da linguagem. Neste caso, seriam expressões mais longas, referentes a idéias pré-conceituadas, tais como tradições de algum país específico, ou ainda afirmações do senso comum, como dizer que *sogras são problemáticas*.

A maioria dos brasileiros, entretanto, só faz uso deste tipo de expressão de forma irônica, pois sabe que se trata de uma mera generalização. Generalizações, aliás, são muito citadas na cartilha, e criticadas uma vez que, a partir de uma experiência muitas vezes única, parte-se a *generalizar* acerca de todo um grupo. Isso acontece, por exemplo, quando, ao conhecer a carreira de poucos políticos, diz-se que *todos são iguais, agem da mesma forma e têm o mesmo caráter*.

No texto *O preconceito nosso de cada dia*, incluído na introdução da cartilha, o autor Jaime Pinsky¹⁷ fala destes e de outros tipos de generalizações do senso comum. Fala, principalmente, de como somos preconceituosos com tudo que não nos identifica ou nos pertence. Ele cita que

Stephens, author of "The Dictionary of Latin American Racial and Ethnic Terminology." "But in Brazil nobody has made a concerted effort to remove these words from the language. Brazil has never corrected itself like the United States has." cf. nota 22.

¹⁶ Encontra-se on line, *The Christian Science Monitor* do dia 17 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.csmonitor.com>. Acesso em: 27 ago. 2008.

¹⁷ Texto originalmente publicado em O Estado de São Paulo, 20 maio 1993, e no livro *Brasileiro(a) é assim mesmo: Cidadania e Preconceito*, 1993.

Temos pesos, medidas e até um vocabulário diferente para nos referirmos ao “nosso” e ao do “outro”, numa atitude que, mais do que autocondescendência, não passa de preconceito puro. Por exemplo, a nossa é religião, a do outro é seita; nós temos fervor religioso, eles são fanáticos; nós acreditamos em Deus (o nosso sempre em maiúscula), eles são fundamentalistas; nós temos hábitos, eles vícios; nós cometemos excessos compreensíveis, eles são um caso perdido; jogamos muito melhor, o adversário tem é sorte; e, finalmente, não temos preconceito, apenas opinião formada sobre as coisas (p. 15).

Esta cartilha, conforme já citado, não foi bem recebida pela sociedade, uma vez que se mostrou mais como regulamentadora do que como uma tentativa de se evitar o preconceito. Ainda sobre este preconceito, serão abordados mais profundamente a seguir os assuntos *sensibilidade e censura*.

1.5 SENSIBILIDADE *VERSUS* CENSURA

De acordo com Lenora Billings-Harris, às vezes o poder das palavras é subestimado. Dos falantes, espera-se vigilância ao usar palavras que venham comunicar o significado esperado. Geralmente, excluindo-se casos específicos, nenhum falante pretende ofender seu ouvinte, mas muitas vezes não se tem a noção exata de quanto alguma predisposição pode afetar o comportamento e a fala. Isso tudo pode comprometer a mensagem que se pretende transmitir.¹⁸

Esta mesma consultora trata do uso da *linguagem politicamente correta*, principalmente no que tange o discurso público. Num de seus websites,¹⁹ a autora lista uma série de palavras e expressões que ela denomina *insensíveis*. Oportunamente, essas expressões serão citadas. Por ora, o que deve ser levado em conta é que a autora pretende facilitar, a quem usa a linguagem, a tarefa de tentar ser *politicamente correto*. Uma de suas dicas é a de que se deve fazer referência à etnia, idade, incapacidades, etc., apenas quando essa informação for relevante no contexto.

É necessário ter em mente que se o ouvinte faz parte do grupo citado – idosos, por exemplo – será que ele se sentirá à vontade ao ouvir termos desse tipo?

¹⁸ Disponível em: http://www.sideroad.com/Public_Speaking/political-correctness.html. Acesso em: 19 maio 2008.

¹⁹ Disponível em: http://www.sideroad.com/Business_Communication/politically-correct-language.html. Acesso em: 19 maio 2008.

O que ela enfatiza, entretanto, é que, se essa informação for necessária para o entendimento da história, que seja então usada. Na verdade, o que se vê é uma preocupação com a sutil diferença entre ser *sensível* e *censurar*. Não se pode permitir que a tentativa de ser *politicamente correto* venha a cercear o direito à expressão dos falantes.

A maioria das pessoas, de acordo com Billings-Harris, prefere ser referida por termos escolhidos por si mesmas; não por rótulos que possam vir a ser dados por pessoas que não fazem parte de seu grupo. Como já citado anteriormente, um exemplo disso são pessoas de origem latina, moradores dos EUA. O termo *hispanicos*, que inclui a todos que têm origem hispânica, oriundos de países da América Latina, é malvisto por estas pessoas, uma vez que não prevê, nem tampouco valoriza as diferenças que existem entre elas. No final, são todos, mexicanos, porto-riquenhos, venezuelanos, etc., incluídos num único grupo – os *hispanicos*.

A verdade é que muitos termos *politicamente corretos* parecem ser um tanto estranhos e acabam não gerando o efeito esperado. Nos EUA, por exemplo, o termo *autoeuthanasia* (auto-eutanásia) tenta substituir a expressão *suicide* (suicídio). Termos como este, provavelmente, jamais farão parte do discurso diário das pessoas, uma vez que são de certa forma até grotescos. A própria Schenz (1994, p. 25) os denomina assim.

Para uma expressão *politicamente correta* fazer realmente parte do acervo léxico de uma língua, é preciso que os falantes comuns façam uso dela na sua comunicação diária. A linguagem é, antes de tudo, expressa comunicativamente, e é capaz de expor novas idéias e ideologias. Quando os falantes não utilizam esses termos, eles diretamente influenciam o uso ou o desuso dos mesmos.

Existe um forte debate acerca de quanto a linguagem pode e deve vir a ser modificada sem que perca sua verdadeira identidade. Sob esta ótica, uma das grandes críticas à linguagem *politicamente correta* é a censura quanto à liberdade que os falantes têm de se expressarem.

Entretanto, sabe-se que algumas formas de expressão podem causar danos a ouvintes, quando, de alguma forma, elas exprimirem alguma idéia pejorativa. Polir a linguagem a fim de não parecer preconceituoso, mas não ultrapassar os limites da liberdade de expressão é a grande dificuldade imposta por este tipo de linguagem.

Numa pesquisa sobre o *politicamente correto* nos EUA, Kirsten Handke (2001) percebeu que muitos entrevistados recebem melhor a idéia de se preocupar mais com a educação das pessoas, levando em conta aspectos sobre grupos minoritários. Eles acreditam que isso levaria a mudanças no comportamento e no discurso, e não seria necessário cercear seu direito à livre expressão. Em outras palavras, os falantes não se preocupariam em lapidar seu discurso a fim de não parecerem preconceituosos, uma vez que não o seriam, de fato.

Por um lado, algumas pessoas não se sentem dominadas pela *linguagem politicamente correta*, ou tampouco pressionadas a utilizarem este tipo de linguagem. Elas acreditam, inclusive, que todo este esforço pode vir a ser benéfico à sociedade, colaborando para que muitos *excluídos* sintam-se *incluídos*. O motivo seria que pensar sobre o *politicamente correto* as faria escolherem melhor as palavras que irão dizer.

Outros já demonstram grande desconforto e chegam a questionar se esse tipo de linguagem não poderia, por si só, levar a maiores discriminações de grupos de pessoas; ao invés de incluir, estaria excluindo. O argumento seria de que aos falantes não mais estaria sendo pedido que fossem *inofensivos*, mas sim ditado que deveriam comportar-se e falar de maneira sensível. Magnus Mellborg cita Shirley Galloway, que em 2001 desenvolveu uma pesquisa com estudantes americanos sobre suas opiniões acerca do *discurso politicamente correto*, e diz que esta “linguagem também pode ser ofensiva, e que a correção política pode ser uma maneira de evitar lidar com o que, de acordo com estes estudantes, eram os verdadeiros problemas da sociedade”.²⁰

Em entrevista ao Jornal ABC, em 13 de Julho de 2008, o educador e escritor Rubem Alves critica o uso de termos *politicamente corretos*, em especial o termo *melhor idade*. Ele diz que “velho não inventaria essa expressão idiota (sic). Melhor idade! Como, melhor idade?” Sobre outras expressões, como o uso da palavra *negro*, ele declara:

[...] não é mais negro... Mas por que não é negro? É claro que é negro. [...] Então você não fala mais que a pessoa é cega. Ela é ‘deficiente visual’.

²⁰ “[...] PC Language can be offensive as well, and (...) political correctness can be a way to avoid dealing with, what they argued were, ‘the real problems in society’.” - GALLOWAY, 2001 apud MELLBORG, 2006, p. 6.

Deficiente visual é o quê? Eu sou deficiente visual, mas não sou cego. Deficiente visual é qualquer pessoa que usa óculos.²¹

Sobre este mesmo tema – a *cegueira* – Martha Medeiros, escritora gaúcha, escreveu em sua coluna no jornal *Zero Hora* de 15 de Outubro de 2008. No referido artigo, refere-se a como algumas associações de deficientes visuais, nos Estados Unidos, estão boicotando o filme *Ensaio sobre a cegueira*, recém-lançado, sob a alegação de que “a obra passa uma imagem deturpada dos cegos, que não são pessoas tirânicas, depravadas ou com instinto de sobrevivência, como o filme leva a crer.”

Esta dificuldade em aceitar alguns termos e compreendê-los simplesmente em seu sentido real, denotativo, é uma preocupação da autora. Ela concorda que todos devem ser cuidadosos, e que não haveria motivos para se perpetuar preconceitos, mas ressalta que “um mínimo jogo de cintura deve ser preservado”.²²

Apesar de todas as críticas ao comportamento e à linguagem *politicamente correta*, é muito provável que este assunto continue em voga por muito tempo. Quanto mais a sociedade se preocupar em incluir as minorias e evitar o preconceito, mas ver-se-á falar sobre o assunto. O que se percebe, talvez, seja uma possível mudança quanto a como referir-se a esse movimento – já se tem observado o uso de expressões como *culturalmente sensível* ou *apropriadamente inclusivo*, como sugere o *The Official Politically Correct Dictionary and Handbook*.

²¹ Cópia da entrevista na íntegra encontra-se em anexo.

²² Cópia do artigo na íntegra encontra-se em anexo.

1.6 TRECHOS DE DIÁLOGOS ORAIS CONTENDO EXPRESSÕES POLITICAMENTE CORRETAS E INCORRETAS

Ainda pouco se tem estudado sobre a *linguagem politicamente correta*, e as abordagens que existem tendem a ser pré-teóricas e informais. Pesquisas feitas nesta área limitam-se a tratar de apenas um aspecto da linguagem *politicamente correta* individualmente, como sexismo, racismo, etc. Sob este prisma, pretende-se analisar este fenômeno lingüístico no geral, sob o ponto de vista das subteorias lingüísticas semântica e pragmática, numa interface entre as duas.

Mais especificamente, o presente trabalho trata da análise de expressões lingüísticas consideradas *politicamente corretas*, avaliando-se como a escolha lexical do falante pode determinar as inferências pragmáticas feitas pelo ouvinte. Para tanto, levar-se-á em conta a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), com as devidas corroborações feitas por Levinson (1983) e Costa (1984).

Para tanto, além de exemplos do conhecimento comum ou constituídos pelo pesquisador, como expressões já utilizadas neste estudo, o *corpus* deste trabalho será composto de exemplos de tipos de inferências que geram efeitos de *politicamente correto* retirados de trechos de diálogos orais, sem levar em conta aspectos empíricos.

Esta seção apresenta-se apenas como uma forma de trazer à tona alguns trechos como exemplos do que está por ser analisado em breve. Portanto, a seguir verificamos alguns destes trechos, originários de momentos de diálogo oral informais:

1. (19 de Novembro de 2007)

“- Você sabe o nome completo do *afro-descendente*?

- [...] acho que (o nome) é africano...

- [...] vamos ver os antecedentes do *afro*...”

2. (20 de Novembro de 2007)

“- eu vou acabar com esses favelados, quer dizer, com esses malditos *cidadãos da comunidade!*”

3. (24 de Novembro de 2007)

“- A Simony gosta de um *preto!*

- Ela vai casar, né?

- Sim, já é o terceiro *preto!*”

4. (24 de Novembro de 2007)

“- O negro é o cara mais racista que tem, mais que o branco!
- É *preconceituoso*, amor!”

5. (28 de Novembro de 2007)

“- ...ela é uma *gorda, feia*...
- hihihihhi
- Mas ela é gorda e feia mesmo, o que eu posso fazer?”

6. (04 de Dezembro de 2007)

“Participe da Campanha ‘*sou loura mas também sou gente*...”

7. (24 de Dezembro 2007)

“- O crioulo se deu bem!
- Não é crioulo, é ‘*afro-descendente*’.”

8. (22 de Janeiro de 2008)

“- Você acha que ela foi pra casa do ‘*afro-descendente*’?
- O que você faria se tivesse um *descendente afro* na barriga?”

9. (08 de Janeiro de 2008)

“Pessoas na *melhor idade* têm preferência no embarque.”

10. (11 de Fevereiro de 2008)

“Meus amigos e minhas amigas [...] Professores e professoras [...]”.

11. (13 de Março de 2008)

“- Barreto, você não acha curiosa essa atração que nossos filhos têm por *afro-descendentes*?
- Só se for do seu lado, porque na minha família todos sempre gostaram de brancos.”

12. (03 de Abril de 2008)

“- A Júlia sempre gostou de motivos africanos!...”

13. (04 de Abril de 2008)

“-As pessoas de *pele mais escura* têm o privilégio de não entregar a idade.”

14. (11 de Abril de 2008)

“- Vamos imaginar uma pessoa de uma vila, uma pessoa *menos privilegiada*...”

Como já mencionado, estes e outros trechos *politicamente corretos* e *incorretos* serão analisados adiante, levando-se em conta a teoria das Implicaturas e demais aspectos teóricos, a fim de se observar as inferências semântico-pragmáticas feitas pelos ouvintes de tais expressões. O objetivo principal é verificar

se a escolha lexical feita pelo falante pode ser considerada fator determinante para o ato inferencial.

2 ARQUITETURA TEÓRICA CONCEITUAL

A fim de promover subsídios teóricos para o assunto proposto no capítulo inicial, neste capítulo abordar-se-á a interface entre a Semântica e a Pragmática, subáreas correlatas dentro da Lingüística. Além disso, a arquitetura conceitual proposta neste estudo prevê, principalmente, a Teoria Pragmática das Implicaturas, proposta por Grice (1975) e corroborada por Levinson (1983) e Costa (1984). Como complementação teórica, ver-se-á, de forma breve, a Teoria da Relevância, proposta de Sperber & Wilson como alternativa a questionamentos não respondidos pela teoria Griceana.

O modelo clássico de Grice (1975) não será, aqui, estudado de forma problemática. Ele será apenas descrito a fim de dar suporte à idéia e que Semântica e Pragmática são subáreas que podem ser estudadas de forma interligada, com o objetivo de se avaliar o processo inferencial presente na comunicação diária dos falantes.

Por fim, tendo-se em vista que este estudo propõe-se a avaliar a escolha lexical como fator determinante ou não para o ato inferencial, quando do uso de expressões ditas *politicamente corretas* ou *incorretas*, torna-se necessário que alguns conceitos referentes ao estudo do léxico, especialmente no que tange à Escolha Lexical, fiquem claros.

Cabe ressaltar que este recorte teórico não será o foco principal deste estudo, servindo apenas como base de fundamentação para a análise da *linguagem politicamente correta* e da escolha lexical quando do uso deste tipo de linguagem, estes sim, objetivos principais.

2.1 A INTERFACE SEMÂNTICA - PRAGMÁTICA

O interesse por estudos da linguagem vem de longa data. Desde a Grécia Antiga, os filósofos têm-se ocupado deste assunto. No caso da Semântica, a subteoria lingüística que investiga as propriedades do significado em Linguagem

Natural, pode-se dizer que esta está fundamentada filosófica, histórica e metateoricamente nos filósofos gregos.

Filosoficamente, a origem dos estudos semânticos se deve a Platão, origem essa que, apesar de não ser a mais antiga, mostrou-se como a mais importante. Platão interessava-se pelo estudo da origem, da essência das palavras – a *etimologia*. Ele considerava que a linguagem era algo natural. Contrariamente, Aristóteles considerava a linguagem arbitrária – a língua seria uma convenção da sociedade. Deste contraponto, surgiu a dualidade *Naturalismo X Convencionismo*.

Os estudos e a linha de pensamento destes e de outros filósofos gregos mantiveram-se como base para a reflexão sobre a linguagem até o final do século XIX, quando estudiosos como Saussure e Frege começaram a interpretar a lingüística, ou o estudo científico da linguagem, como uma ciência social. Percebeu-se, então, que a evolução dos estudos e mesmo a mudança de linha de pensamento em nada prejudicaram ou modificaram o foco dos estudos, a saber, o *Significado*. A Semântica formal contemporânea teve sua base teórica, então, nos estudos lógicos, filosóficos e gramáticos.

Frege (1952)²³, pioneiramente, percebeu a dificuldade de a linguagem ser avaliada de um ponto de vista lógico. A possibilidade de se criar certas expressões para referir objetos impossíveis logicamente, tais como *quadrado redondo*, ou *o rei do Brasil*, ilustra o problema de se abordar a linguagem natural de forma lógica, além das perplexidades que podem existir na comunicação.

Russell (1905) também questionou esses problemas quanto ao uso da linguagem em contextos de comunicação, mas, não aprofundou tanto suas críticas como Frege. De acordo com Costa (2005),

Russell, como se sabe, não percorreu o raciocínio fregiano, mas, de qualquer modo, reconheceu a dificuldade semântica oferecida pelas então chamadas descrições definidas vácuas. Ambos assumiram, ainda que Russell fosse mais benevolente que Frege, que a linguagem natural possui uma flexibilidade que enfraquece tentativas de utilizá-la de maneira mais rígida e rigorosa (2005, p. 108).

A Pragmática, área afim à Semântica, nasceu de um campo diverso dentro dos estudos da linguagem. A Filosofia da linguagem cotidiana focou nas

²³ Frege elaborou – no final do séc. XIX – conclusões acerca das conexões metateóricas entre a filosofia, a lógica e a lingüística, as quais levaram a grandes discussões sobre significado e uso da linguagem.

características da linguagem natural, não abordadas pela lógica de Frege e de outros autores. Esse ramo da lingüística desenvolveu-se mais plenamente nos últimos cinquenta anos, graças a nomes como Austin, Strawson e Grice. Estes autores dedicaram-se a analisar as seguintes áreas de pesquisa: atos de fala, indexicalidade e contexto, aspectos não-intrínsecos do significado e as implicações contextuais.

A Semântica, assim como a Pragmática, é uma subteoria lingüística. Assim como as demais subteorias, como a sintaxe, a fonologia, a morfologia, etc., esta subteoria pode estabelecer interfaces internas – entre subteorias lingüísticas – ou externas – entre a lingüística e demais áreas do conhecimento, como a psicologia, a lógica ou a comunicação.

A fronteira entre esses dois ramos da lingüística, de acordo com Moura (2000), é exatamente a noção de contexto. O contexto, aqui, seria visto como toda e qualquer condição externa à linguagem, como o ambiente e as condições de produção do discurso, etc. Toda significação que não depende dele fica a cargo da Semântica, e toda aquela que for contextualmente dependente, a cargo da Pragmática. Daí a idéia geral de que a Pragmática está diretamente relacionada ao contexto de comunicação.

Rossa (1999), afirma que “não se pode justificar a veiculação do não-dito baseando-se exclusivamente na teoria Semântica”. Ele ressalta a necessidade da explicação pragmática. A partir dessa afirmação, verifica-se a presença da expressão não-dito, foco dos estudos inferenciais de Grice (1975), que serão mais profundamente analisados adiante.

Percebe-se, então, a necessidade de que dois conceitos primários fiquem claros, *Significado* e *Contexto*. O estudo da Interface Semântica-Pragmática gira em torno destas duas idéias. De forma rasa, pode-se dizer que os estudos semânticos partem, basicamente, do estudo do significado. A diferença principal entre a Semântica e a Pragmática parte da existência do contexto, e de como ele pode interferir nos estudos desta área. Armengaud (2006, p. 92) vai além, e diz que “[...] O problema dos limites entre Semântica e Pragmática mostrou-se particularmente agudo na controvérsia em torno do sentido literal e de contexto nulo.”

Após o fortalecimento dos campos distintos entre a Semântica e a Pragmática, vistas também como ciências cognitivas, lingüistas como Levinson (2000) e Sperber & Wilson (2006) começaram a dedicar mais atenção ao processo

inferencial em si, em busca de corroborar os estudos já feitos e sanar dúvidas que não haviam sido solucionadas com as teorias até então.

Desde então, a ligação entre Semântica e Pragmática tem sido questionada por um grupo de pragmaticistas defensores da chamada *Pragmática Radical*. Lingüistas como Recanati (2004) e outros defendem a idéia de que a Semântica, por si, seja incompleta e indeterminada. A partir daí, verificar-se-ia a necessidade de contexto, ou, em outras palavras, a presença da pragmática em tudo. Partindo-se deste princípio, a Semântica passaria a ser entendida como dependente da Pragmática. Levinson (1983) prevê a divisão do ramo da Pragmática em dois, um que estruturaria a Semântica, e outro que realmente contextualizaria o enunciado.

No entanto, afirmações desse tipo correm o risco de originar uma *Pragmática Cultural*, pouco lingüística; para que isso não aconteça, semanticistas continuam defendendo a idéia de que a Semântica tem um sentido *a priori*, e que continua podendo ser *complementada* pela Pragmática. Estes lingüistas acreditam que os pragmaticistas radicais estariam erroneamente misturando as idéias de proposições semânticas com enunciados pragmáticos. Este debate tende a permanecer presente nos estudos lingüísticos da área, enriquecendo ainda mais as questões pertinentes ao sentido e ao contexto.

Esta discussão entre inferências semânticas e pragmáticas gerou um debate contemporâneo – a radicalização da pragmática – cujos defensores dizem que a semântica por si só é incompleta, e precisa de contexto. Levinson (1983) é um dos autores que sugere, inclusive, conforme já visto, a existência de duas Pragmáticas: uma ligada à Semântica, outra *pós* Semântica.²⁴

Esta Pragmática radical, que prevê que a Pragmática está presente em tudo, pode levar à criação da já citada pragmática cultural, que extrapola os limites dos estudos lingüísticos. É exatamente por isso que a Semântica deve ser entendida como completa, ao contrário do que prevê esta teoria, assumindo-se que ela pode ser complementada pela Pragmática.

²⁴ Ainda sobre este debate entre semântica e pragmática, os seguintes websites trazem conteúdo bastante oportuno: <http://ndpr.nd.edu/review.cfm?id=3841>, que cita Recanati, <http://www.llas.ac.uk/resources/goodpractice.aspx?resourceid=1024> e <http://webhost.ua.ac.be/tisp/viewabstract.php?id=968>. Acesso em: 28 abr. 2008.

2.2 A INFERÊNCIA SOB O PONTO DE VISTA LÓGICO

A Semântica, assim como as demais subteorias lingüísticas, como a sintaxe, a fonologia, a morfologia, etc., pode estabelecer interfaces internas – entre subteorias lingüísticas, – ou externas – entre a lingüística e demais áreas do conhecimento, como a psicologia, a lógica ou a comunicação. Sob este prisma, destaca-se a aspecto da *Inferência*, ao estabelecer interfaces externas com a lógica; internas, com a Pragmática. É necessário analisar a inferência, uma vez que ela é um processo dentro de uma estrutura lógico-lingüística em que, por meio de certas premissas, chegamos a conclusões que são necessárias, obrigatórias. Em outras palavras, a Inferência é a construção que leva em conta a relação das pessoas com a realidade.

A inferência lógica pode ser dividida em dedutiva, indutiva e abdutiva. A inferência dedutiva é aquela estabelecida por regras que não são canceláveis – inferências semânticas – e matematicamente demonstráveis. Autores como Frege e Russel dedicaram-se a estudar este tipo de Inferência.

Em um argumento, as proposições - premissas que levam a conclusões - podem ser verdadeiras ou falsas. Os argumentos, em contrapartida, podem ser válidos ou inválidos. A validade de um argumento vai depender da falsidade ou não das premissas. O argumento é a própria inferência. Muitas vezes, linguisticamente falando, um argumento inválido pode parecer válido (falácia). Isso acontece porque ele é linguisticamente plausível, mas formal e logicamente inválido. A razão disto está no fato de que o significado é complexo, e por isso se faz necessário a abordagem em interfaces. As inferências clássicas reproduzem raciocínios cotidianos que nunca se esgotam; exatamente por isso é que outros tipos de inferência, como as pragmáticas, tornam-se necessários. Uma conclusão pode não ser possível do ponto de vista da Inferência semântica, mas é aceitável exatamente porque, pragmaticamente, ela parece possível.

As regras de Grice (1975), pragmaticista que dedicou seus estudos às *implicaturas*, ou o estudo do dito e do que é implícito – o que vai além do dito – não são dedutivas. Ele não previu a possibilidade de se fazer inferências dentro do

processo dedutivo. Desta forma, originaram-se muitas críticas ao seu trabalho, que serve como referência a todo o estudo pragmático da linguagem.²⁵

Ainda sobre as regras das inferências dedutivas, deve-se entender que elas são estabelecidas por conetivos, operadores lógico-argumentativos. Estes são o E, OU, SE... ENTÃO, NÃO, SE E SOMENTE SE, etc. Além dos conetivos, as inferências dedutivas também levam em conta os quantificadores e outros operadores complementares, tais como TODO, ALGUNS, NECESSARIAMENTE, POSSIVELMENTE, etc. No entanto, como já citado, principalmente os conetivos permitem a produção de inferências pragmáticas. Por exemplo, o conetivo SE permite que a seguinte falácia seja considerada linguisticamente aceitável:

PREMISSA 1: SE lavares meu carro, ENTÃO te dou R\$10,00.

PREMISSA 2: Não lavaste meu carro.

CONCLUSÃO: Não te dou R\$10,00.

Este argumento é inválido porque não segue a regra

$$\begin{array}{l} P \rightarrow Q \\ P \\ \hline Q \end{array}$$

Ele refere-se a

$$\begin{array}{l} P \rightarrow Q \\ \neg P \\ \hline \neg Q \end{array}$$

Entretanto, no cotidiano, as pessoas costumam aceitar esse tipo de argumento como válido, uma vez que entendem o conetivo SE como SE E SOMENTE SE. A inferência pragmática (se e somente se) é mais econômica do que dizer, explicitamente, SE E SOMENTE SE. Aqui se leva em conta o conceito de

²⁵ Mais sobre Grice e seu estudo sobre implicaturas pode ser encontrado na Wikipedia. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/H.P._Grice. Também na Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/grice/#ConImp>. Acesso em: 30 mar. 2008. Além disso, neste mesmo capítulo será discutida a sua Teoria das Implicaturas.

custo-benefício, ou de relevância. Acerca deste assunto, adiante uma breve análise sobre a Teoria da Relevância desenvolvida por Sperber & Wilson será feita. Resumidamente, defende a idéia de que quanto menor o custo e maior o benefício, maior a relevância. Além disso, esta teoria prevê a existência de algum princípio cognitivo inato que permite que as pessoas entendam que informações são realmente necessárias.

Além das inferências dedutivas, têm-se as indutivas, que são inferências lógicas, racionais, dependentes de experiências prévias. As conclusões, neste caso, não são necessárias; sendo, portanto, canceláveis. Não sendo demonstráveis através de regras, são tidas como probabilísticas. Expectativas – fracas ou fortes – de que algo aconteça determinam o quão provável uma conclusão se apresenta.

Por fim, as inferências abduativas, mais aprofundadas por Pierce, tratam-se de suposições, ou inferências operatórias que originam teorias. De acordo com Sperber & Wilson, faz-se a inferência – hipótese – fortalece-se esta inferência, vindo a confirmá-la ou eliminá-la.²⁶

2.3 TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE

Paul Grice – filósofo e lingüista inglês – tornou-se conhecido, principalmente, por seus estudos nos campos da filosofia da linguagem e da natureza da comunicação; em especial quanto ao *sentido*, seja este lingüístico ou do falante. Além disso, sua concepção das implicaturas foi um de seus maiores legados dentro dos estudos lingüísticos. Este último aspecto, para este estudo, é o que tem maior relevância.

Entretanto, alguns conceitos acerca do significado desenvolvidos por ele precisam ficar claros. Uma importante contribuição foi a diferenciação entre o significado *natural* e o *não-natural*. Significado natural seria o que outros autores chamam de significado literal, ou o significado das palavras. Já o significado não-natural é aquele em que algum agente – falante – quer dizer algo além do que as palavras explicitam; conta, para isso, que sua audiência – o ouvinte – reconheça

²⁶ Sobre estes dois últimos casos de inferências foram pesquisados sites. Disponível em: <http://hilberthm90.wordpress.com/2008/05/04/abduction-as-logical-inference>. Disponível em: <http://penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/inductiv.htm>.

essa intenção. Dessa maneira, o sentido do falante deve ser estritamente diferenciado do que é chamado de o sentido convencional da palavra do falante.²⁷

Em 1975, em seu estudo *Logic and Conversation*, Paul Grice denomina de *Implicaturas* tudo que é comunicado numa proposição, mas que não é dito explicitamente pelo falante. Esta idéia de que *muito mais é comunicado do que o que é simplesmente dito* acompanha as teorias pragmáticas até os dias atuais. De acordo com Parra²⁸, para Grice a linguagem é um instrumento para o locutor comunicar ao seu destinatário suas intenções e é nessas intenções que está embutido o sentido.

Além do explícito, deve ser levado em conta também o que está *implícito* na mensagem. O dito é considerado aquilo que está expresso em termos literais, enquanto que o implícito, ou o que pode ser implicado, é entendido a partir do contexto e do raciocínio lógico-dedutivo do receptor da mensagem.

De acordo com Grice (1975), as implicaturas podem ser, basicamente, de dois tipos: *convencionais* e *conversacionais*. A Implicatura Convencional é aquela que está relacionada ao significado convencional das palavras, e que decorre deste significado. Alguns itens lexicais, tais como conjunções, etc., são capazes de gerar essas implicaturas convencionais. Elas têm como suporte, portanto, a língua, seu acervo léxico, estando, então, convencionalmente ligadas às palavras.

Estas são determinadas pela inferência que resulta, essencialmente, da estrutura do enunciado e dos significados das palavras, já estipulados convencionalmente. Como características, as implicaturas convencionais têm, por propriedade, serem canceláveis, ou anuladas pela seqüência do que é dito, serem independentes do contexto; não subsistirem na substituição de expressões sinônimas, sendo, assim, destacáveis.

A Implicatura Conversacional, por sua vez, é aquela que não depende deste significado usual, mas que é determinada pelo ato comunicativo em si. Para ser considerada conversacional, de acordo com Costa (1984, p. 75), a implicatura deve ser calculável ou dedutível, cancelável, não-separável, indeterminável, externa ao sentido do enunciado, e não determinada pelo dito.

²⁷ Maiores considerações acerca do sentido disponíveis em:
<http://philosophy.uwaterloo.ca/MindDict/grice.html>. Acesso em: 15 jul. 2008.

²⁸ Esta e demais referências a Parra podem ser encontradas on line:
<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/I00003.htm> Acesso em: 30 mar. 2008.

As Implicaturas Conversacionais acontecem quando o falante pretende dar a entender mais do que o que realmente diz. Elas são um tipo de inferência; portanto, quando do uso de uma dessas implicaturas, assume-se que o ouvinte tente cooperar com o falante, e vice-versa, para que a mensagem seja entendida na sua totalidade.

As Implicaturas Conversacionais subdividem-se dois grupos, generalizadas e particularizadas. As generalizadas são as que não dependem de especificações de um contexto. Esse tipo de implicatura, segundo Grice (1975), muito se assemelha às convencionais. Já para as particularizadas, para que possam ser calculadas, deve-se informar um contexto específico.

A chamada *Teoria das Implicaturas* prevê, entre outras coisas, que falante e ouvinte cooperem entre si para que a mensagem seja plenamente compreendida. Grice (1975) questiona o fato de que, se há tanto além do que é dito, como as pessoas conseguem se entender? A partir deste questionamento, originou-se o *Princípio da Cooperação*, ou seja, as pessoas cooperam entre si a fim de se entenderem. Em outras palavras, este princípio é um conjunto de regras que devem reger o ato conversacional.

A maneira como o ouvinte entende o que o falante está tentando exprimir é parte fundamental no que tange às implicaturas. Como a audiência reconhece a intenção do falante, demonstra que ela está preparada para cooperar. Essa cooperação é socialmente adquirida; assim que uma pessoa começa a falar, ela começa a cooperar para entender e se fazer entender. Dessa forma, pode-se concluir que este é um princípio também comportamental.

Relacionado às implicaturas conversacionais, o Princípio da Cooperação refere-se às trocas conversacionais que se organizam e se estruturam ao nível do discurso, no sentido de que a contribuição conversacional dos falantes devem se adaptar às necessidades de propósito da situação em questão. Segundo Grice (1975), tal princípio é categorizado em quatro máximas fundamentais:

a) *Máxima da Quantidade*: o falante deve contribuir informativamente tanto quanto se faz necessário; o falante não deve dar mais informação do que o necessário. Esta máxima prevê a mensagem apenas pelo que ela diz, uma vez que, de acordo com Grice (1975), o respeito às máximas produz o que é dito, e não trata do que está além do dito. Quando se diz mais do que é necessário, é possível que o falante queira que o ouvinte infira o implícito.

b) *Máxima da Qualidade*: o falante não deve dizer aquilo que acredita ser falso, ou aquilo para o qual não tem evidências adequadas. Esta máxima pressupõe que, num ato de comunicação, ambos – falante e ouvinte – estejam dizendo algo no que acreditem. Isso leva a casos em que mentiras ditas sejam acreditadas como verdades pelo ouvinte.

c) *Máxima da Relação*: o falante deve ser relevante no que diz. Dessa maneira, ser relevante significa que ambos – falante e ouvinte – comuniquem-se acerca de um mesmo tópico, e que nada que não tenha a ver com este tópico não venha a dificultar a comunicação, abordando assuntos paralelos.

d) *Máxima de Modo*: O falante deve ser breve e ordenado, evitar ambigüidade e obscuridade nas expressões. A conversação requer clareza, brevidade e objetividade, e tudo que fugir disto – ser pouco objetivo, por exemplo – leva a crer que o falante deseja que o ouvinte faça inferências do que está sendo implicado.

Respeitando-se essas quatro máximas, as implicaturas a serem inferidas pelo ouvinte devem ser plenamente feitas. Quebrando-se essas máximas, haverá a possibilidade de que haja, também, uma quebra no diálogo, o que pode prejudicar a compreensão das implicaturas conversacionais.

2.4 A RELEVÂNCIA DA RELEVÂNCIA

Grice (1975) já levava em conta a noção de relevância. Conforme visto em seu Princípio da Cooperação, uma das máximas – a de relação – já era dedicada a este assunto. Entretanto, este tópico é mais profundamente abordado por Sperber & Wilson (1995). Uma vez que o objetivo principal deste estudo não é a noção de relevância, este tema não será profundamente analisado aqui. No entanto, por seu caráter indiscutivelmente importante no cenário da Pragmática atual, ele será levado

em conta no sentido de contribuir para a formação da arquitetura teórica conceitual constituinte deste estudo.

Primeiramente, ao se constatar que a noção de relevância, antes vista por Grice (1975), teve seu estudo amplamente avaliado e aprofundado por Sperber & Wilson, destaca-se que isso ocorreu devido ao fato de que a relevância, como vista pelo primeiro, talvez não tenha sido tão bem discutida, e que pontos tenham ficado obscuros ou sem explicação. Em toda teoria, no momento em que um novo autor vem a corroborar o tópico, isto significa que existem mais aspectos a serem analisados, e que lacunas devem ser preenchidas, na tentativa de deixar a teoria o mais completa possível.

De qualquer forma, inicialmente é preciso saber o significado de *relevância*. De acordo com o site Wikipedia,

A Teoria da Relevância é uma proposta que busca explicar o segundo método de comunicação: inferências implícitas. Ela argumenta que a mente humana instintivamente reagirá a uma mensagem codificada, considerando a informação que recebe relevante para a mensagem. Por relevância entenda-se o que quer que permita a mais nova informação de ser transmitida no contexto, tendo por base o menor esforço requerido para que esta seja comunicada.²⁹

A Teoria da Relevância surgiu como um desenvolvimento natural dos estudos pragmáticos. Ela se apresenta como uma alternativa que funde tanto o modelo de código, estabelecido por Shannon e Weaver (1949), como o modelo inferencial de Grice (1975). Conforme dito anteriormente, esta teoria surgiu, também, como forma de corroborar a Teoria das Implicaturas de Grice. Por isso, ela evidencia alguns pontos discutíveis desta última teoria, tentando sempre avaliar o mesmo tópico de maneira diversificada.

De acordo com Grice (1975, apud GONÇALVES, *on line*),³⁰

[...] o Princípio Cooperativo é um sistema internalizado que possibilita a implementação das implicaturas conversacionais e, conseqüentemente, garante o sucesso da comunicação. Tal princípio postula que os interlocutores, envolvidos em uma troca comunicativa, apresentam

²⁹ Relevance theory is a proposal that seeks to explain the second method of communication: implicit inferences. It argues that the human mind will instinctively react to an encoded message by considering information that it conceives to be relevant to the message. By "relevance" it is meant whatever allows the most new information to be transmitted in that context on the basis of the least amount of effort required to convey it.

³⁰ Esta e demais citações de Gonçalves se referem ao site:

<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0503/06.htm>. Acesso em: 30 ago. 2008.

objetivos comuns e trabalham num sentido único a fim de atingirem esses objetivos.

Ainda, segundo Gonçalves, esse aspecto do Princípio Cooperativo não é compartilhado por Sperber & Wilson, quanto à noção de relevância, o que vem a sugerir alguns questionamentos tipo: como a cooperação ocorre entre leitor e autor de texto, ou entre ouvinte e locutor de um programa de rádio, uma vez que esses não têm como interagir de forma direta?

Outro aspecto questionado é a idéia defendida por Grice (1975) de que a atenção, ou cooperação do receptor, deve existir antes mesmo da intenção comunicativa do mesmo. Gonçalves explica que

Na visão de Sperber & Wilson, é preciso que aquele receptor se coloque na posição inferencial. Assim, Grice propõe que a comunicação envolve “esforços cooperativos” numa direção mutuamente aceita, que seria a base do PC. As suposições e conclusões adicionais que garantem a aplicação do PC e das máximas são as implicaturas. Essas se tornaram a questão central para os pragmaticistas e parecem ser um caminho para o desenvolvimento da análise da comunicação inferencial.

A Teoria da Relevância não prevê que Grice tenha definido a comunicação de forma vaga, mas acredita que ele o fez de maneira pobre. Por isso, ela tenta sanar as dúvidas que o modelo Griceano faz surgir, numa tentativa de ampliá-lo, uma vez que o considera plausível.

2.5 O ESTUDO DO LÉXICO

Antes de tratar do léxico em si, faz-se necessário que este conceito esteja claro. De acordo com o website Wikipedia,

[...] léxico poderia ser definido como o acervo de palavras de um determinado idioma. Em outras palavras, é todo o conjunto de palavras que as pessoas de uma determinada língua têm à sua disposição para expressar-se, oralmente ou por escrito. Podemos dizer que uma característica básica do léxico é sua mutabilidade, já que ele está em constante movimento. É só notarmos o fato de que palavras se tornam arcaicas, outras são incorporadas, outras mudam seu sentido, e, tudo isso ocorre de forma gradual e quase imperceptível. O sistema léxico de uma língua traduz a experiência cultural acumulada por uma sociedade através do tempo, ou seja, o léxico pode ser considerado como o patrimônio

vocabular de uma comunidade lingüística através de sua história, um acervo que é transmitido de uma geração para a geração seguinte.³¹

Em outras palavras, o léxico de uma língua inclui as palavras que a constituem. No entanto, a própria definição de palavra já é um tanto complicada, uma vez que, de acordo com Basílio, “a palavra é uma dessas unidades lingüísticas que são muito fáceis de reconhecer, mas bastante difíceis de definir”. (1987, p. 11) De qualquer maneira, a citação do website Wikipedia já prevê a mutabilidade do léxico, o que comprova o quanto o estudo do mesmo é fundamental. Por ser considerado a demonstração cultural de um grupo de pessoas, falantes de uma mesma língua, o léxico adquire papel importante no que tange ao estudo desta língua.

Uma vez que o objetivo deste estudo é proporcionar apenas a fundamentação teórica acerca do estudo do léxico na interface semântico-pragmática, não serão aprofundadas, aqui, as diversas teorias estruturais sobre o assunto, como sua análise morfológica, promovendo-se apenas uma abordagem superficial do mesmo.

Quanto à semântica, diz-se que as classes de palavras são definidas pelo critério semântico quando estabelecemos tipos de significado como base para a atribuição de palavras a classes. (BASÍLIO, 1987, p. 50). As definições de palavras geralmente se dão tendo por base a semântica, ou o significado que carregam.

Algumas classes gramaticais são mais fáceis de definir do que outras. Substantivos, por exemplo, por designarem os “nomes dos seres”, são rapidamente percebidos, diferentemente de adjetivos, já que os últimos necessitam de um substantivo para serem especificados como tais. Entretanto, a função dos adjetivos é semântica, pois especifica os substantivos.

Ainda segundo Basílio (1987), para efeitos de comunicação, a mecânica da linguagem se baseia em dois tipos fundamentais de mecanismo, a formação de palavras e a formação de enunciados. As palavras têm função de nomear e classificar os seres e eventos. Os enunciados, por sua vez, referem-se a estes seres e eventos, estabelecendo relações entre estes e o ouvinte ou falante.

Desta maneira, a formação de palavras num sistema lingüístico está a serviço da adequação das idéias contidas num item lexical às necessidades de

³¹ Vide nota 1.

utilização desta idéia quando da formação de um enunciado, além de denominar novas categorizações (BASÍLIO, 1987, p. 66).

Sabendo-se que um dos objetivos deste estudo é verificar a utilização de palavras consideradas *politicamente corretas* ou *incorretas*, é necessário avaliar como palavras consideradas *pejorativas* são formadas. No que diz respeito à formação de palavras através da utilização de sufixos, observa-se que é grande o número de adjetivos, por exemplo, que se tornam pejorativos. Sufixos como *-ento/a* ou *-eiro/a* são considerados pejoativizadores, ao serem combinados com certos substantivos. Este último especialmente, uma vez que costuma indicar a idéia de habitualidade, como em *fofoqueira*, *rueira*, *vileiro*.

Outro exemplo é o sufixo que indica o diminutivo, *-inho/a*. A princípio, ao se utilizar este tipo de sufixo, a intenção é de transmitir a idéia de tamanho menor. No entanto, conforme já visto no capítulo anterior, ao tentar “suavizar” um termo, o falante dificulta a percepção de um preconceito através da linguagem, como ao utilizar a expressão *neguinha*, que pode tratar-se de um eufemismo enrustido de racismo.

Prefixos também podem denotar formas pejorativas. *Sub-*, por exemplo, cujo significado inicial é de “colocação em nível inferior”. Atualmente, tem-se evitado expressões com *países subdesenvolvidos*, expressões estas substituídas por *países em desenvolvimento*. O significado, na verdade, não se modificou muito, mas o prefixo deixou de ser usado.

Sobre o estudo do léxico e das relações lexicais com o ato inferencial, Pustejovsky (1995) discordou de que tal ato seja uma representação estática das palavras. Dessa forma, o autor desenvolveu um modelo de representação computacional que busca associar o léxico à criatividade. Gedrat (1999), sempre partindo dos estudos teóricos acerca das implicaturas de Grice (1975), observou a relação das estruturas conceptuais lexicais em sua composição semântica.

A autora discorre sobre as propriedades semânticas e a inferência, tais como acarretamento, superordenação e subordinação, redundância, etc. Segundo ela, “ao se considerar o enriquecimento semântico das estruturas conceptuais lexicais [...], está-se considerando a derivação de inferências semânticas e pragmáticas” (GEDRAT, 1999, p. 46). Essas inferências são enriquecidas à medida que se inserem, em suas proposições, especificações fornecidas pelo contexto pragmático.

Foschiera (2005) observou a relação parte-todo à luz da semântica lexical. Para a autora,

[...] o léxico é um conceito interdisciplinar, que está imbricado tanto com a computação, com a psicologia, quanto com a lingüística. [...] Para a lingüística, o léxico é o centro das pesquisas cognitivas atuais. Na atualidade, a teoria semântica moderna concentra seus estudos sobre o significado da palavra, buscando enraizá-la dentro da sintaxe gerativa (2005, p. 15).

Sobre essa teoria do léxico gerativo, a autora observa que esta “agrega valor aos estudos quanto ao léxico e à semântica lexical, a partir da seguinte questão: apesar de termos recursos limitados, conseguimos atribuir às palavras sentidos infinitos, de acordo com o *contexto lingüístico*.” (FOSCHIERA, 2005, p. 18). Também sobre a noção de contexto, Prado (2007) investigou o texto humorístico de Millôr Fernandes.

Não se pode deixar de dizer que há grandes diferenças entre o léxico utilizado na linguagem formal escrita, e o léxico utilizado na linguagem coloquial falada. O primeiro é muito mais limitado do que o segundo, uma vez que não permite tantas expressões de subjetividade quanto na língua falada. Nesta pesquisa, dar-se-á ênfase às expressões faladas.

No próximo capítulo, tratar-se-á da escolha lexical, e de como o léxico de nossa linguagem interfere no raciocínio inferencial dos falantes e ouvintes. Para tanto, será feita uma pesquisa acerca de como os falantes percebem a utilização ou não da linguagem *politicamente correta*, objeto de análise deste estudo, como determinante ou não, no que tange às inferências realizadas pelo ouvinte ao escutar tais expressões.

3 A ESCOLHA LEXICAL QUANTO AO USO DA LINGUAGEM *POLITICAMENTE CORRETA*

De acordo com Pauliukonis,³²

[...] parte-se do princípio de que é pela escolha vocabular que o enunciador busca expressar seu ponto de vista em relação ao mundo que o cerca, emitindo juízos de valor. Assim, na cadeia referencial do texto, o objeto vai sendo construído pela seleção lexical, pelas retomadas, por sinonímias e hiperonímias, e por caracterizações de cunho subjetivo, que expressam uma avaliação positiva ou não do objeto construído discursivamente e durante a interação, com a conviência do sujeito interpretante.

Segundo Castro (2001), “o léxico constitui o rol de palavras disponíveis aos falantes de uma língua e se renova ou amplia conforme necessidades ou oportunidades que a estes se apresentam”. Partindo-se disto, verifica-se que a utilização do léxico se dá de acordo com o meio onde estão inseridos os falantes, além, certamente, dos assuntos que os cercam e do conhecimento que os mesmos têm acerca das palavras que deste acervo fazem parte. São as palavras efetivamente utilizadas que, de acordo com Genouvrier & Peytard (1985, p. 279), constituem o vocabulário.

Percebe-se, também, que a linguagem utilizada pelo falante e as escolhas que o mesmo faz muito dizem sobre suas opiniões e juízos de valor. Dificilmente uma proposição não carregará consigo as crenças e as idéias de quem as pronuncia. Isso acontece, pois, segundo Lyons, “o comportamento lingüístico normalmente é intencional” (1982, p. 139).

3.1 ABORDAGEM EMPÍRICA: QUESTIONÁRIO

Por este estudo ser de caráter teórico, sendo a pesquisa de campo de ordem diagnóstica, levou-se em conta aspectos lingüísticos das áreas estudadas: Semântica e Pragmática. O *corpus* deste trabalho foi composto de exemplos de tipos de inferências que geram efeitos de *politicamente correto* retirados de trechos de diálogos, ou constituídos pelo pesquisador, sem levar em conta aspectos empíricos.

³² Referência a texto *online*. *A seleção lexical e a estrutura do texto*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/08.htm>. Acesso em: 1 ago. 2008.

A fim de corroborar as análises feitas, um questionário dividido em três partes foi aplicado a pessoas de diferentes sexos, idades e graus de instrução, a fim de se verificar como estes informantes entendiam e observavam mudanças de sentido quanto ao uso da linguagem *politicamente correta*.

Os excertos utilizados nos questionários foram retirados de trechos de diálogos orais observados pelo pesquisador.

3.1.1 Objetivos

Conforme dito na seção anterior, os objetivos da aplicação do questionário são meramente para corroborar as hipóteses levantadas pelo pesquisador.

3.1.2 Hipóteses / Questões Norteadoras

As questões norteadoras fundamentais para a análise dos dados foram:

- O que é a linguagem considerada *politicamente correta*?
- Como se dá a escolha lexical do falante ao utilizar esse tipo de linguagem?
- Como essa escolha lexical determina as inferências pragmáticas feitas pelo ouvinte desse tipo de linguagem?

3.1.3 Sujeitos

Os informantes que responderam aos questionários foram escolhidos de forma aleatória. Um dos critérios foi a aceitação em participar da pesquisa, e,

exatamente por isso, todos os informantes são pessoas com relações de amizade ou parentesco com o pesquisador.

A fim de que os dados obtidos na pesquisa pudessem ser cruzados a partir de algumas variáveis, escolheu-se, dentre as vinte pessoas questionadas, número igual de informantes de cada sexo. Assim, temos dez homens e dez mulheres – com idades diferentes – variando entre 20 e 59 anos, e com diferentes graus de instrução – desde informantes que não concluíram o ensino fundamental até pessoas com estudos de pós-graduação completos.

A tentativa era de avaliar se estas variáveis se mostrariam determinantes no que tange ao entendimento das expressões avaliadas, e numa possível mudança de sentido ao se comparar expressões ditas *equivalentes* ou *sinônimas*.

Neste estudo, os informantes serão tratados por números, de um a 20, sempre que se fizer necessário. Esta estratégia foi adotada a fim de manter o sigilo quanto a seus verdadeiros nomes.

3.1.4 Descrição do Instrumento

Primeiramente, algumas expressões contendo linguagem *politicamente correta* ou *politicamente incorreta* foram colhidas pelo pesquisador a partir de diálogos ouvidos pelo mesmo em situações de comunicação diversas, como conversas informais, programas de televisão, comentários acerca de notícias veiculadas pela mídia, situações em sala de aula, etc.

A partir disso, as expressões foram compiladas em um primeiro teste, que verificava se o vocabulário apresentado era familiar aos informantes. Caso não fosse, não se poderia avaliar seu entendimento sobre as expressões utilizadas.

A primeira tarefa, então, solicitava que os informantes classificassem as expressões quanto ao grau de compreensão que tinha sobre elas, de acordo com uma escala de 1 a 3, sendo 1 para “Nunca ouvi essa expressão antes”, 2 para “Já ouvi essa expressão, mas não sei o que quer dizer.”, e 3 para “Conheço essa expressão e sei o que quer dizer.”

No caso de conhecê-las, os mesmos deveriam tentar explicar, com suas palavras, o que ela significava. Esta parte do questionário, bem como todas as

demais, está anexada ao final deste estudo para maiores avaliações. Entretanto, abaixo segue parte do questionário para simples ilustração, já que uma cópia do instrumento de análise encontra-se anexada a este estudo:

<i>Neguinho/a</i>	1 2 3	Se 3, significa:
Pessoa de <i>Alma branca</i>	1 2 3	Se 3, significa:
Pessoa <i>menos privilegiada</i>	1 2 3	Se 3, significa:
Portador de <i>necessidades especiais</i>	1 2 3	Se 3, significa:

Figura 1

Fonte: Modelo do instrumento de análise - Tarefa 1

Após este primeiro questionário, os informantes foram divididos em dois grupos aleatórios; cada grupo de dez pessoas respondeu a um tipo diferente de avaliação. No entanto, os dois tipos dispunham das mesmas expressões. A diferença era de que, em cada instrumento, o informante deveria tentar descrever o significado de maneiras diferentes: em um era necessário verificar se havia mudança de sentido entre a expressão proposta e um possível sinônimo; em outro, eram disponibilizadas ao informante três opções de descrição do significado, ficando ele livre para marcar quantas fossem necessárias, entre nenhuma ou as três opções.

Para fins de ilustração, segue trechos de cada um dos questionários mencionados:

2. "Você sabe o nome completo do *afro-descendente*?"

"Você sabe o nome completo do *negro*?"

() Não há mudança de sentido

() Há mudança de sentido. Explique: _____

Figura 2

Fonte: Modelo do instrumento de análise - Tarefa 3

2. “Você sabe o nome completo do *afro-descendente*?”
- (a) Pessoa que esteve na África.
- (b) Pessoa que descende de alguém vindo da África.
- (c) Pessoa negra

Figura 3

Fonte: Modelo do instrumento de análise - Tarefa 2

3.1.5 Procedimentos

A análise dos dados obtidos foi feita a partir dos seguintes critérios:

- denominação e aplicabilidade da teoria;
- identificação de exemplos da linguagem em questão;
- verificação da escolha lexical feita em cada caso;
- avaliação da escolha lexical e das inferências em cada caso, a partir da Teoria das Implicaturas de Grice.

3.1.6 Resultados Prévios

Como resultado prévio, antes de se avaliar como a teoria se aplica aos casos apresentados, pode-se perceber que, em linhas gerais, o instrumento foi bem aceito dentre os informantes e que estes não apresentaram dificuldades quanto ao entendimento do vocabulário utilizado. Isso se justifica quando das informações dadas ao responder a *tarefa 1* (explorando o vocabulário), na qual foram apresentadas 20 expressões de linguagem consideradas *politicamente corretas* ou *incorretas*.

No geral, a maioria dos informantes conhecia grande parte, senão todas, as expressões apresentadas. Como as opções de respostas dadas eram 3 – *não conhecer a expressão, conhecer mas não saber o significado, ou conhecer a expressão e o seu significado*, considerou-se que apenas quem marcou *não conhecer a expressão* realmente não a compreenderia. Dessa forma, apenas cinco

informantes não conheciam uma expressão cada um. Esta expressão foi a mesma em quatro casos – *pessoa de alma branca*. Em apenas um caso, a expressão desconhecida era *cadeirante*.

Quanto a conhecer alguma expressão, mas não saber ou não conseguir explicar seu significado, grande parte dos informantes conhecia todas as expressões (8 entre 20 informantes). Outros cinco não sabiam ou não conseguiam explicar o significado de apenas duas. Dos demais, três informantes não sabiam o significado de uma expressão e um não sabia o significado de seis expressões.

As expressões conhecidas, cujos significados não foram explicitados, foram *criolo* (quatro pessoas), *cadeirante* e *alma branca* (três pessoas cada), *pessoa menos privilegiada*, *loura burra* e *demente* (duas pessoas cada), e *melhor idade*, *mongolóide* e *retardado* (uma pessoa cada).

Estes resultados prévios quando à compreensão do vocabulário servem apenas para corroborar este estudo. Sabe-se que muitas pessoas, apesar de saberem que a participação é voluntária e que não há respostas certas ou erradas aos questionários, sentem-se intimidadas e, com medo de errar, acabam mascarando seu verdadeiro conhecimento sobre o assunto.

Percebe-se – a partir das respostas dadas quando da explicação do significado de algumas expressões – a tentativa de não parecer preconceituoso. Os informantes sabiam que o estudo tratava deste tópico e, por isso mesmo, por vezes modificaram suas respostas para não demonstrar preconceito ou algo do gênero. Entretanto, conforme já dito, de maneira geral, o fato de as pessoas já terem ouvido falar ou, principalmente, saberem o significado das expressões utilizadas, prova que este tipo de linguagem é comum ao seu dia-a-dia. Este resultado, em si, já corrobora a hipótese de que as pessoas sabem o que é a linguagem *politicamente correta*, e o uso deste tipo de linguagem, ou o não uso desta, é comum na comunicação diária das pessoas.

3.1.7 Análise das respostas nos instrumentos de análise

A maior dificuldade se deu em tentar tabular os resultados dos questionários que envolviam as tarefas 2 e 3 – entendendo e descrevendo o significado. Como os

dados não foram analisados estatisticamente, faz-se necessário lembrar que estes serviram apenas para elucidar as hipóteses do pesquisador. As expressões selecionadas em ambas as tarefas eram as mesmas, apenas analisadas sob prismas diferentes. A única expressão presente na tarefa 2 que não foi utilizada na tarefa 3 foi *sou loura, mas também sou gente*.

Na tarefa 2 – entendendo o significado – o informante tinha que, entre 3 alternativas propostas pelo pesquisador, escolher aquela ou aquelas que correspondiam ao significado da expressão. Ninguém escolheu mais de uma alternativa. Isso pode ter acontecido por diversos motivos, como o informante não ter prestado atenção ao fato de poder marcar mais de uma alternativa, por exemplo. Mas para fins de análise, esse detalhe não se faz importante.

Das oito expressões a serem avaliadas, apenas uma foi “entendida” de forma igual por todos os informantes. Esta foi a expressão *pele mais escura*, à qual todos apontaram o sentido de *pele negra*. Duas expressões foram entendidas igualmente por 90% das pessoas: *preto* – entendido como *negro* – e *melhor idade* – entendido como *terceira idade*.

As expressões *alma branca* e *sou loura, mas também sou gente* foram entendidas, em 70% dos casos, como *alma boa* e *louras são gente*, respectivamente. As expressões: *afro-descendente* e *pele mais escura* foram entendidas, em 60% das vezes, como *pele negra* e *pele escura*, respectivamente. A única expressão que teve duas alternativas com o mesmo percentual de respostas foi *cidadãos da comunidade*, que, em 50% das vezes foi entendida como *pele negra* e em outros 50% como *pele escura*.

Estes resultados são simplesmente numéricos; essenciais no que tange, a saber, à freqüência e o uso das expressões. Entretanto, como esta é uma análise qualitativa e não quantitativa, novamente apenas corroboram no sentido de acrescentar informações úteis acerca das expressões envolvidas.

Quanto à tarefa 3 – Descrevendo o vocabulário, vale lembrar que esta tarefa foi respondida de forma mista. Primeiramente, o informante avaliava as duas expressões propostas e assinalava se havia ou não mudança de sentido entre elas. Depois, caso houvesse percebido modificação no sentido, ele deveria descrever esta modificação.

Apenas dois informantes não perceberam mudança de sentido nas expressões. Três informantes marcaram mudança de sentido em apenas uma questão, a mesma, que comparava *cidadãos da comunidade* e *favelados*. Todos os demais perceberam mudanças de sentido entre as expressões de duas ou mais questões, sendo que um verificou modificações em todas as comparações. Dos oito informantes que perceberam ao menos uma modificação, sete também incluíram entre suas análises a expressão antes mencionada, *cidadãos da comunidade*.

A avaliação das mudanças de sentido percebidas pelos informantes será feita na seção a seguir, tendo por base teórica os estudos sobre Implicaturas de Grice (1975). Neste caso, poder-se-á analisar se a escolha lexical, de fato, é um dos fatores determinantes quando das inferências sobre a linguagem *politicamente correta*.

3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS A PARTIR DA TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE: AS INFERÊNCIAS QUANDO DO USO DA LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA

Em se tratando de inferência, faz-se necessário ressaltar que esta inferência é bilateral. Com isso, pretende-se dizer que o ato inferencial acontece dos dois lados: de quem expressa uma informação e tem pretensões inferenciais que espera serem feitas por quem ouve tal informação, e do lado de quem efetivamente recebe a informação e pode, ou não, produzir tal inferência esperada, ou qualquer outra.

De acordo com o Princípio da Cooperação, espera-se que falante e ouvinte cooperem entre si, e que a inferência desejada seja, de fato, feita pelo ouvinte, mas essa cooperação nem sempre acontece. Esses casos são, na verdade, o ponto chave deste estudo, uma vez que, se sempre a implicatura esperada fosse entendida, não seria necessário avaliar em que grau as pessoas compreendem o que está sendo comunicado, já que o referido grau sempre seria máximo.

Quanto ao instrumento de análise, faz-se necessário lembrar, primeiramente, que as expressões utilizadas foram selecionadas pelo pesquisador a partir da coleta de dados orais em diferentes contextos de comunicação. É importante, também, dizer que a seleção das alternativas de possíveis significados das expressões selecionadas, ou de seus “sinônimos”, foi também determinada pelo

pesquisador, a partir de como esta pessoa *entendeu* a expressão original, quando da sua coleta.

Dito isso, a inferência feita pelo pesquisador não necessariamente precisa ser a mesma a ser feita pelos informantes que avaliaram as seqüências de frases. Isso reflete uma verdade já apresentada neste estudo, em se tratando de ato inferencial: nem sempre a inferência esperada pelo falante é feita pelo ouvinte. Esta “possibilidade” ocorre, pois a inferência é algo particular. Em outras palavras, a pessoa pode “compreender” uma mesma expressão de diversas maneiras.

O que acontece, geralmente, é que, conforme já visto na fundamentação teórica, falante e ouvinte tendem a *cooperar* entre si; por vezes até de forma intuitiva, acabam por fazer as mesmas inferências. Entretanto, apesar desta cooperação, as inferências feitas não precisam, necessariamente, ser as mesmas.

Os informantes, pela própria situação de avaliação, e por tentarem fazerem-se claros o máximo possível, já que esta era a tarefa a eles solicitada, muitas vezes deixaram transparecer seu conhecimento lingüístico e de mundo. Muitos deles tentaram explicar as mudanças de sentido, quando estas existiam.

Como já observado, muitos também tentaram abster-se de comentários que pudessem comprometê-los, principalmente no que sentido de mostra-se preconceituoso. Em verdade, os comentários feitos foram sempre na tentativa de mostrar-se, ao contrário, não-preconceituosos.

Em especial quanto à tarefa 3, em que se pedia que fosse observada a mudança ou não de sentido entre duas frases, por assim dizer, *sinônimas*, verificaram-se algumas falhas de compreensão. Observem-se as diferentes avaliações quanto à mudança de sentido, em ordem aleatória das questões trabalhadas.

A questão 7, que trazia as frases “Ele é um *negro* de alma branca.” e “Ele é um *afro-descendente* de alma branca.”, confrontava as expressões *negro* e *afro-descendente*; a última considerada *politicamente correta*. Entretanto, alguns informantes focaram sua atenção à expressão *alma branca*, que não estava sendo avaliada no momento. Uma provável explicação é a que esta expressão – alma branca – havia sido questionada na tarefa preliminar, quanto ao conhecimento do vocabulário. Outra possibilidade é o fato de que esta expressão carregue – de certa forma – uma conotação pejorativa.

O informante número de 04 percebeu mudança de sentido entre estas duas frases, e explicou-a da seguinte forma: “*Alma (se é que existe) não possui cor.*” Outro informante, de número 07, disse que “*demonstra um preconceito tão arraigado que sequer o termo politicamente correto consegue esconder. Quer dizer que, embora de raça inferior, esforça-se para ser/pertencer à raça superior (sic).*”

Este mesmo informante mostrou-se especialmente preocupado em fazer-se entender quanto às suas explicações. Mostrou-se, também, grande conhecedor do assunto e preocupado em evitar o preconceito. Outros comentários seus serão analisados mais adiante. Certamente isso prova, de certa maneira, que as pessoas estão, senão já preocupadas, começando a preocupar-se com o assunto.

Quanto à questão 6, que confrontava as frases “Vamos imaginar uma pessoa de uma vila, uma pessoa *menos privilegiada...*” e “Vamos imaginar uma pessoa de uma vila, uma pessoa *mais pobre...*”, apenas 3 informantes verificaram mudança de sentido entre as expressões *menos privilegiada* e *pobre*. Dois destes informantes explicaram a mudança apenas como um cuidado para ser *mais gentil, mais educado*. O informante 04 colocou que “*uma pessoa menos privilegiada não é necessariamente uma pessoa pobre.*”

Na verdade, sua colocação é apropriada, uma vez que esta expressão quebra uma das máximas conversacionais de Grice (1975), a de modo, que prevê que o falante deve ser *breve e ordenado, evitando assim ambigüidade e obscuridade nas expressões*. Conforme visto quando do estudo da Teoria de Grice (1975), a conversação requer clareza e objetividade, e a ausência disto, como neste caso específico, pode provocar que o ouvinte faça inferências sobre o que está sendo dito.

Na questão 1, “Você sabe o nome completo do *afro-descendente?*” e “Você sabe o nome completo do *negro?*”, quatro informantes observaram mudança de sentido. Um deles, o de número 08, implicou a mudança da seguinte maneira: “*a primeira é politicamente correta, enquanto que a segunda tem um teor pejorativo.*” A partir deste comentário, pode-se entender que a escolha lexical, para este informante, não é determinante, uma vez que ela sabe que, verdadeiramente, as duas expressões são sinônimas, apenas uma mais *polida* do que a outra. O informante número 07, de certa forma, corrobora este argumento, dizendo que “*me parece que a diferença é quanto ao cuidado de quem pergunta, para não ofender a raça do sujeito.*”

Quanto à questão 2, “Eu não suporto esses malditos *cidadãos da comunidade!*” e “Eu não suporto esses malditos *favelados!*”, o informante de número 05 verificou que “*cidadãos da comunidade não precisam ser necessariamente favelados.*” Esta colocação mostra-se diferente das demais feitas por outros informantes sobre a mesma questão – a maioria apenas verificou um tom mais polido quando do uso de termos *politicamente corretos*. Este informante, entretanto, percebeu que, neste caso, a escolha lexical foi determinante, uma vez que se pôde perceber que, novamente, a máxima de Grice (1975) foi quebrada, dando margem a outras interpretações.

A questão 5, que avaliava a diferença de sentido entre “As pessoas *de pele mais escura* têm o privilégio de não entregar a idade.” e “As pessoas *negras* têm o privilégio de não entregar a idade.”, fez realçar uma análise oposta ao esperado pelo pesquisador. A primeira expressão – *pele mais escura* – foi coletada entre os dados da pesquisa a princípio como uma expressão *politicamente correta*. Entretanto, o informante número 08 explicou a mudança de sentido constatada dizendo que “*acho a primeira preconceituosa*”.

Tal comentário vem corroborar a idéia de que a escolha lexical pode vir a ser determinante para o ato inferencial. A inferência feita por este informante foi diferente daquela esperada pelo pesquisador, mas foi única, particular, como deve ser. Isto também vem ressaltar que, muitas vezes, a tentativa de ser *politicamente correto* pode realçar algo inesperado: o que era para parecer gentil e polido fica exagerado.

A questão 3 verificava a possível mudança de sentido entre as expressões “A fulana gosta de um *preto! Vai até casar com um!*” e “A fulana gosta de um *negro! Vai até casar com um!*”. Neste caso, o informante de número 08 descreveu a mudança de sentido explicando que “*a primeira é preconceituosa, já a segunda é aceitável, pois se dirige à pessoa falando de sua raça e não cor*”. Realmente, este informante verificou que o uso da expressão *preto* para identificar uma pessoa negra denota algo, de fato, de caráter pejorativo.

O informante de número 06, por sua vez, levou em conta a existência do artigo indefinido *um*. Dessa forma, ele avaliou a mudança de sentido dizendo que “*a primeira pode se referir a qualquer coisa. A segunda pode se referir a um homem negro*”. Observe-se o uso do verbo *pode*: Em momento algum este informante afirma que a expressão refere-se, certamente, a um homem negro. Pode-se analisar esta

avaliação pessoal como uma inferência feita por este ouvinte que não leva em conta a implicatura (*um homem*) negro. Quando da coleta desta expressão, o falante de fato referia-se a um homem, mas a expressão escrita, e fora de contexto, permite que esta implicatura torne-se cancelável.

O informante de número 07 também percebeu o uso deste artigo indefinido e comentou que “*um*’, na frente, demonstra desrespeito. No entanto, se dito dentro da comunidade negra, não seria ofensivo”. Este informante, diferentemente do anterior, implicou que se tratava de um homem negro que estava sendo mencionado nas expressões.

Por fim, quanto à questão 4, a mesma comparava as frases “Pessoas na *melhor idade* têm preferência no embarque.” e “Pessoas *idosas* têm preferência no embarque.” Esta expressão *politicamente correta* – melhor idade – talvez seja uma das mais corriqueiras nos contextos comunicativos atuais. Dois informantes – de números 03 e 07 – resumiram a mudança de sentido ao fato de tornar a expressão mais *gentil* (informante de número 07) ou mais *leve* (informante de número 03). Este mesmo informante acrescentou, ainda, que “*a palavra idoso me leva a crer que a pessoa é bem mais velha*”.

De forma diversa, o informante de número 06 identificou a mudança de sentido de maneira bastante própria. De acordo com ele, “*a primeira pode se referir a todas as idades. 15 anos é a melhor idade, 18 pode ser a melhor idade. A segunda refere-se somente a pessoas idosas*”. Verdadeiramente, o uso de melhor idade em substituição a idoso, ou terceira idade, é comum, mas não obrigatório. Este informante cancelou tal implicatura, o que é plenamente possível e aceitável.

Em verdade, após esta breve análise dos resultados referentes à tarefa 3, pode-se, em primeira mão, concluir que o fator *contexto* é, de fato, importante quando da avaliação de inferências. As respostas foram dadas livres de contexto, e isto certamente possibilita diferentes avaliações. Entretanto, dada a dificuldade de contextualizar os excertos comunicativos a serem analisados, este fator, mesmo sendo levado em conta, não será entendido como determinante.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou o uso da linguagem dita *politicamente correta* em contexto comunicativos, avaliando como a escolha lexical feita pelo falante, quando do uso de tal tipo de linguagem, pode vir a interferir ou determinar as inferências pragmáticas feitas pelo ouvinte. Para tanto, fundamentou-se teoricamente nos estudos de Grice (1975), principalmente no que tange à sua Teoria das Implicaturas.

As considerações finais acerca do estudo desenvolvido remetem a toda a pesquisa. Inicialmente, fez-se uma breve análise sobre o que é a linguagem *politicamente correta*, focando alguns de seus aspectos relevantes como o sexismo, o racismo e o uso no meio político. Verificou-se como a linguagem *politicamente correta* é tratada no Brasil, em comparação, principalmente, com os Estados Unidos. Além disso, tentou-se verificar a tênue distinção entre sensibilidade e censura, conceitos intimamente ligados à linguagem.

Para o embasamento teórico, definiu-se por levar em conta aspectos semântico-pragmáticos, e a interface feita por estes dois campos de estudos lingüísticos. A Inferência, sob o ponto de vista lógico, também foi estudada, além da Teoria das Implicaturas desenvolvida por Grice (1975), com as devidas corroborações feitas por outros autores, a saber, Levinson (1983), Costa (1984) e Sperber & Wilson. Observou-se, fundamentalmente, como se dá o processo de cooperação e uma breve noção de relevância, essenciais para este estudo. Finalmente, o estudo do léxico fez-se necessário, uma vez que a escolha lexical era ponto de partida para a análise que seria feita.

Para corroborar a hipótese de que a escolha lexical pode vir a ser determinante no ato inferencial quando do uso da linguagem *politicamente correta*, alguns excertos retirados de diálogos, ou mesmo constituídos pelo pesquisador, foram selecionados a fim de se fazer um questionário aplicado a pessoas de diferentes faixas etárias e graus de instrução. Estes informantes, vinte ao total, responderam perguntas e avaliaram a mudança de sentido propostas pelo pesquisador, nas expressões então selecionadas.

Primeiramente, verificou-se o conhecimento dos informantes quanto às expressões utilizadas. Depois, divididos em dois grupos distintos, os mesmos

analisaram possíveis mudanças de significado entre expressões ditas *sinônimas*. Os resultados deste instrumento de análise foram, de certa forma, satisfatórios, conforme visto em seções anteriores. Isso pôde ser constatado, por exemplo, na compreensão dos informantes quanto às expressões utilizadas – tarefa 1. Nas tarefas seguintes, 2 e 3, foram observados também os comentários feitos pelos informantes quando da mudança de sentido de certas expressões. Estes comentários foram sempre na ordem de evitar o preconceito, polir a linguagem, além de os próprios informantes, por vezes, tentarem eximir-se de possíveis comentários que pudessem comprometê-los. Em outras palavras, eles próprios, de certa forma, muitas vezes fizeram usos de uma linguagem que pode ser considerada *politicamente correta*.

Claramente, este estudo é inicial; por esta mesma razão, não trata do assunto com a devida profundidade. O movimento *politicamente correto* é amplo e muito maior do que os aspectos aqui tratados. Além disso, pôde-se perceber que este é um assunto bastante atual e a discussão acerca do mesmo é, de fato, necessária. Até que ponto as pessoas, conforme visto na primeira seção deste estudo – têm o poder de cercear o direito que os demais têm de usar as expressões que achem adequadas? Em contrapartida, é fundamental que haja sensibilidade entre os falantes quando da escolha das palavras que vai expressar, quando for o caso, para manter a sensibilidade e evitar o preconceito através da linguagem.

Um dos objetivos deste estudo, talvez o maior deles, era de trazer a discussão à tona. Certamente, esse objetivo foi atingido. Quanto a se avaliar em que grau a escolha lexical feita pelo falante é determinante para que o ouvinte faça as inferências esperadas, pôde-se perceber que, em alguns casos, essa escolha é, de fato, fundamental para o ato inferencial.

Entretanto, conforme discutido previamente neste estudo, possivelmente devido ao fato de que os falantes sabem quando termos *politicamente corretos* estão sendo usados, e que outros termos eles substituem, muitas vezes os ouvintes não percebem modificação no sentido quando da alternância de possíveis sinônimos. Isso se comprova nas respostas dadas pelos informantes quando da avaliação da mudança de sentido quando da tarefa 2 do instrumento de análise.

A maioria destes informantes disse não verificar mudança de sentido entre os termos selecionados. Isso pode ser entendido de duas maneiras. A primeira, mais óbvia, que a escolha lexical não é determinante na compreensão e inferência dos

ouvintes. A segunda, que se acredita ser menos óbvia, mas também possível, mostra, como já mencionado, que a escolha pode ser determinante, mas que ela é, por vezes, desnecessária. Ela seria apenas uma maneira mais polida e menos comprometedora de se veicular a mesma idéia.

Pelo fato de os ouvintes já apresentarem certo conhecimento acerca do assunto, e já estarem familiarizados com as expressões usadas, o presente estudo mostrou a dificuldade em se calcular, com mais precisão, até que ponto a escolha lexical pode ser determinante. Não há resposta final quanto às hipóteses deste trabalho, uma vez que as pessoas se dividem quanto aos significados de cada expressão. Todavia, a pesquisa mostrou seu caráter atual e comprovou que esse é um assunto em voga atualmente.

Este próprio caráter atual se comprova no fato de se perceber, no momento, uma grande preocupação das pessoas quanto ao assunto. Alguns artigos e reportagens utilizados como base para este estudo, extremamente atuais, são a prova de que essa preocupação mostra-se cada vez mais presente. Espera-se que este breve estudo possa servir de estímulo e incentivo para que outros venham a surgir e aprofundem o assunto.

REFERÊNCIAS

- ABDUCTION as logical inference. Disponível em:
<http://hilbertthm90.wordpress.com/2008/05/04/abduction-as-logical-inference>.
 Acesso em: 10 jun. 2008.
- ALVES, Rubem. Sou velho e acabou. Entrevista dada a Eduardo Andrejew, *Jornal ABC*, São Leopoldo, 13 jul. 2008.
- AMEGASHIE, J. Atsu. Intentions and Social Interactions (July 2006). CESifo Working Paper Series No. 1757 SSRN. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=920343>.
 Acesso em: 2 jun. 2008.
- ANDREWS, Edna. Cultural Sensitivity and Political Correctness: The Linguistic Problem of Naming. *American Speech*, v. 71, n. 4, p. 389-404, Winter, 1996.
 Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/455713>. Acesso em: 2 jun. 2008.
- ARMENGAUD, Françoise. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.
- AUSTIN, Jane. *How to do things with words*. Oxford: Claredon, 1962.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987. 94p.
- BEARD, Henry. *The Official Politically Correct Dictionary and Handbook*. New York: Villard, 1994.
- BIDARRA, Jorge. *O Léxico no processamento da linguagem natural*. Cascável: Edunioeste, 2004. 243p.
- BILLINGS-HARRIS, Lenora. Politically Correct Language [online]. Disponível em:
http://www.sideroad.com/Business_Communication/politically-correct-language.html,
 Acesso em: 19 maio 2008.
- BILLINGS-HARRIS, Lenora. Political Correctness and Diversity in Public Speaking. Disponível em http://www.sideroad.com/Public_Speaking/political-correctness.html.
 Acesso em: 19 maio 2008.
- BREHENY, Richard. *Semantics and pragmatics*. [online]. Disponível em:
<http://www.llas.ac.uk/resources/gpg/1024>. Acesso em: 28 abr. 2008.

BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen. *Politeness. Some universals in language usage*. London: Cambridge University, 1978, 1987.

BRUNO, Leonardo. Incorretíssimo. In: *Conde Loppeux de la Villanueva [on line]*. Disponível em: <http://cavaleiroconde.blogspot.com/2006/07/incorretssimo.html>. Acesso em: 5 out. 2007.

BULTINCK, Bert. *Why Paul Grice should have been a corpus linguist. An analysis of two [on line]*. Disponível em: <http://webhost.ua.ac.be/tisp/viewabstract.php?id=968>. Acesso em: 28 abr. 2008.

CASTRO, Maria Lúcia Souza. *Atualidade e mudanças semânticas no léxico rural da Bahia*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, 1996.

CASTRO, Maria Lúcia Souza. Escolhendo palavras: seleção lexical e fatores que a condicionam. *Revista da FAEBA*. Porto Alegre, v.10, n.15, p. 55-61, 2001.

CLEMENTE, Elvo. *Lexicologia e semântica: textos e exercícios*. Porto Alegre: Acadêmica, 1984. 147p.

COSTA, Jorge Campos da. *A Relevância da Pragmática na Pragmática da Relevância*. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, 1984.

COULTHARD, Malcolm. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Ática, 1991.

CUMMINGS, Louise. *Pragmatics. A Multidisciplinary Perspective*. Edinburgh: Edinburgh University, 2005.

DACANAL, José H. *Linguagem, poder e ensino da língua*. Porto Alegre: WS editor, 2006.

DOWNIE, Andrew. un-P.C. Brazil, a list of 96 offensive terms causes offense. *The Christian Science Monitor*, 17 maio 2005. Disponível em: <http://www.csmonitor.com>. Acesso em: 27 ago. 2008.

ECKERT, Penelope; McCONNELL-GINET, Sally. *Language and Gender*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

ELIASMITH, Chris (ed.). Dictionary of Philosophy of Mind. Disponível em: <http://philosophy.uwaterloo.ca/MindDict/grice.html>. Acesso em: 15 jul. 2008.

FAGUERAZZI, Daiane. *Inferências pragmáticas no discurso político*. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, 2007.

FOSCHIERA, Sílvia Maturro Panzardi. *A relação parte – todo em substituições de Língua Espanhola: uma análise da base de dados 'Eurowordnet' à luz da semântica lexical*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, 2005.

FRANK, Francine Wattman; TREICHLER, Paula A. *Language, Gender, and Professional Writing: Theoretical Approaches and Guidelines for Nonsexist Usage*. New York: The Modern Language Association of America, 1989.

GEDRAT, Dóris. *Relevância na composição semântica das estruturas conceituais lexicais*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, 1999.

GENOUVRIER, Emily; PEYTARD, Jean. *Linguística e ensino do português*. Trad: Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, 1985.

GONÇALVES, José Luiz Vila Real. *Desenvolvimentos da Pragmática e a Teoria da Relevância aplicada à tradução*. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0503/06.htm>. Acesso em: 30 ago. 2008.

GRICE, H. Paul. *Logic and Conversation*. In: P Cole & J. L. Morgan (eds), *Syntax and Semantics: Speech Acts*. New York: Academic, 1975. p. 41-58.

HANDKE, Kirsten. *Political Correctness in the U.S. - Its Effects on Language, Its Use, and Attitudes Toward the Movement*. Eichstätt, Germany: Katholische Universität Eichstätt, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2003. 202p.

JOHNSON-LAIRD, Philip N. Human and Machine Thinking. In: *Blackwell's Dictionary of Cognitive Science* [on line]. 1993. Disponível em: <http://penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/inductiv.htm> Acesso em: 7 jun. 2008.

JORDÃO, Claudia. *A invasão do politicamente correto*. Revista IstoÉ, ano 31, n. 2027, 10 set. 2008, p. 68-9.

LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. London: Cambridge University, 1983.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade: por uma nova concepção da língua materna*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Aberbug e Clarisse Siecknius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINS, Eduardo. *Todos e todas*. Livraria Cultura [on line]. Disponível em: <http://www2.livrariacultura.com.br/culturanews/n149/edicao/imagem/n149.pdf>, Acesso em: 4 out. 2007.

MEDEIROS, Martha. *Ninguém escapa*. Jornal Zero Hora, 15 out. 2008. p. 3.

MELLBORG, Magnus. *Chairman or chairperson? Or perhaps chair?* Växjö: Växjö University, 2006.

MENNA BARRETO, Fernanda. *As implicaturas conversacionais generalizadas na interface entre a semântica e a pragmática*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, 2002.

MINISTÉRIO da Educação. *POLITICAL Correctness comes to Brasil, kind of...* [on line]. Disponível em: <http://www.brazilbrazil.com/pcbrasil.html>. Acesso em: 19 maio 2008.

MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences [on line]. Disponível em: <http://userwww.sfsu.edu/~kbach/grice.htm>. Acesso em: 17 jul. 2008.

MORENO, Monteserrat. *Como se ensina a ser menina*. O sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000.

MUCCHI-FAINA, Angelica. Visible or Influential? Language Reforms and Gender (In)equality. *Social Science Information*, n. 1. v. 44, p. 182-215, 2005.

MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística 2*. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

NILSEN, Aileen Pace. On the Twentieth Anniversary of the Founding of NCTE's Women's Committee. *Fall*, v. 1, p. 5-8, 1992.

NILSON, Aileen Pace. *Sexism and Language*. Urbana, Illinois: National Council of Teachers of English, 1977.

O MACHISMO sempre presente na Música Popular Brasileira. *Jornal O Sul*, 4 out. 2008.

ORWELL, George. 1984. Wilson Velloso (trad.) 17. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

PARRA, Aline Soler. *Os Limites da Semântica e da Pragmática [on line]*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/l00003.htm>. Acesso em: 30 mar. 2008.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. *A seleção lexical e a estrutura do texto [on line]*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/08.htm>. Acesso em: 1 ago. 2008.

PAVIANI, Jayme. *Fundamentos de Semântica*. Porto Alegre: EST, 1976. 85p.

PEARSON, Judy, TURNER, Lynn, TODD-MANCILLAS, W. *Comunicación y género*. Buenos Aires: Paidós Ibérica, 1993.

PINSKY, Jaime. *Brasileiro (a) é assim mesmo: Cidadania e Preconceito*. São Paulo: Contexto, 1993.

POLITICALLY Correct Speech [on line]. Disponível em: <http://www.cyberpat.com/shirlsite/samples/polcor.html>. Acesso em: 22 maio 2008.

PORTANOVA, Rui. *A pragmática das implicaturas e a linguagem jurídica*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica.

POSSENTI, Sírio. A Linguagem Politicamente Correta e A Análise do Discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 123-40, 1995.

POSSENTI, Sírio. *O politicamente correto e a escola*. PrimaPagina (Littera), 3 jan. 2007. Disponível em: http://www.primapagina.com.br/materia_ver.php?contador=19149&coluna=litteraces. Acesso em: 4 out. 2007.

POSSENTI, Sírio. *Politicamente correto?* Prima Pagina (Littera), 10 maio 2005. Disponível em: http://200.189.179.30/primapaginax.com.br/materia_ver.php?contador=11109&coluna=litter. Acesso em: 4 out. 2007.

POSSENTI, Sírio. *Todos e todas*. Prima Pagina (Littera), 14 nov. 2006. Disponível em: http://www.primapagina.com.br/materia_ver.php?contador=18686&coluna=litter. Acesso em: 4 out. 2007.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira? *Polifonia (UFMT)*, v. 12, n. 2, p. 47-72, 2006.

PRADO, Maria Christina Menezes do. *Sobre a noção de contexto na interface semântica – pragmática: uma investigação através do texto de Millôr Fernandes*. (em elaboração). Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, 2007.

PUSTEJOVSKY, James. *The Genrative Lexicon*. Cambridge, Massachusetts: MIT, 1995. 298 p.

QUEIROZ, Antônio Carlos. *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília: SEDH, 2004. 88 p.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem politicamente correta. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides M. de Melo (Org.). *O Direito à Fala. A questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000. v. 1, p. 93-102.

RECANATI, François. *Literal Meaning [on line]*. Cambridge: Cambridge University, 2004. 188p. Disponível em: <http://ndpr.nd.edu/review.cfm?id=3841>. Acesso em: 28 abr. 2008.

ROSSA, Carlos Ricardo Pires. *Relações lexicais que geram implicaturas escalares em Língua Inglesa: Um estudo teórico*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1999.

SANTOS, Sheila Nunes dos. *Implícitos e sexismo na linguagem publicitária*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, 2002.

SCHENZ, Viola. *Political Correctness: Eine Bewegung eroberet Amerika*. (Analysen zum Wandel politisch-ökonomischer Systeme 8). Frankfurt: Peter Lang 1994.

SPENDER, Dale. *Man made Language*. Londres: R. K. P., 1980.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2. ed. Cambridge, USA: Blackwell, 1995.

STANFORD Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/grice/#ConImp>. Acesso em: 30 mar. 2008.

STIMPSON, Catharine R. Presidential Address 1990: On Differences. *Publications of the Modern Language Association of America (PMLA)*, n. 106, 1991.

TAMBA-MECZ, Irene. *A Semântica*. São Paulo: Parábola, 2006.

TANNEN, Deborah (ed.). *Analysing discourse: Text and talk*. London: Georgetown University, 1982.

TANNEN, Deborah. *Gender and Discourse*. New York: Oxford University, 1996.

TANNEN, Deborah. *You just don't understand: Women and men in conversation*. New York: Paperback Ballantine, 2001.

VETTERLING-BRAGGIN, Mary. *Sexist language: a modern philosophical analysis*. Totowa, N.J.: Rowman and Littlefield, 1981.

WARD G.; HORN L. (eds). *Handbook of Pragmatics* [on line]. Oxford: Blackwell, 607-32. Disponível em: http://www.dan.sperber.com/relevance_theory.htm. Acesso em: 22 maio 2008.

WEATHERALL, Ann. *Gender, Language and Discourse*. New York: [s.e.], 2002.

YULE, George. *Pragmatics*. London: Oxford University, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado informante,

Sua participação neste estudo é voluntária. A identificação de seu nome, idade e demais dados é necessária para poder-se correlacionar os dados com informantes com características diversas às suas. Os dados coletados durante a sua participação serão identificados por um código, logo, seu nome não será divulgado no relatório de pesquisa.

Eu li as informações acima e concordo em participar deste estudo.

NOME

ASSINATURA

DATA

APÊNDICE B – Modelo do Instrumento de Análise – Tarefa 1

TAREFA 1 – Explorando o vocabulário Nome: _____

Classifique as expressões abaixo, de acordo com a escala, de 1 a 3. Marque com um X. Se você marcar 3, dê a sua interpretação para a expressão:

Escala:

1. Nunca ouvi essa expressão antes.
2. Já ouvi essa expressão, mas não sei o que quer dizer.
3. Conheço essa expressão e sei o que quer dizer.

<i>Afro-descendente</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Cadeirante</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Cego</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Crioulo</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Deficiente</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Demente</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Ele é preto!</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Favelado</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Loura burra</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Melhor-idade</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Mongolóide</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Negrão</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Negro</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Neguinho/a</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Pessoa de Alma branca</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Pessoa menos privilegiada</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Portador de necessidades especiais</i>	1 2 3	Se 3, significa:
<i>Retardado</i>	1 2 3	Se 3, significa:

<i>Surdo</i>	1	2	3	Se 3, significa:
<i>Vileiro</i>	1	2	3	Se 3, significa:

APÊNDICE C – Modelo do Instrumento de Análise – Tarefa 2**TAREFA 2 – Entendendo o significado** Nome: _____**O que o autor quis dizer com a expressão em *itálico*? Marque a(s) alternativa(s) que melhor corresponde(m) ao sentido da expressão:**

1. “Participe da Campanha ‘*sou loura mas também sou gente*’...”
 - (a) Louras não são gente
 - (b) Sou gente apesar de ser loura
 - (c) Louras são gente

2. “Você sabe o nome completo do *afro-descendente*?”
 - (d) Pessoa que esteve na África.
 - (e) Pessoa que descende de alguém vindo da África.
 - (f) Pessoa negra

3. “- eu vou acabar com esses favelados, quer dizer, com esses malditos *cidadãos da comunidade!*”
 - (a) Pessoas que moram na comunidade
 - (b) Favelados
 - (c) Pessoas que não conhecem a comunidade

4. “- A fulana gosta de um *preto! Vai até casar com um!*”
 - (a) negro
 - (b) *negrão*
 - (c) vestido preto

5. “Pessoas na *melhor idade* têm preferência no embarque.”
 - (a) terceira idade
 - (b) idade avançada
 - (c) idade atual

6. “As pessoas *de pele mais escura* têm o privilégio de não entregar a idade.”
 - (a) de pele negra
 - (b) de pele branca
 - (c) com manchas na pele

7. “Vamos imaginar uma pessoa de uma vila, uma pessoa *menos privilegiada*...”
 - (a) com menos privilégios
 - (b) ignorante
 - (c) pobre

8. “Ele é um negro *de alma branca*.”
 - (a) com pele branca
 - (b) com alma de pessoa branca
 - (c) com alma boa

APÊNDICE D – Modelo do Instrumento de Análise – Tarefa 3

TAREFA 3 – Descrevendo o significado Nome: _____

Observe as duas frases e analise se, em sua opinião, há mudança de sentido entre elas; Se sim, descreva a mudança com suas palavras:

1. “Você sabe o nome completo do *afro-descendente*?”

“Você sabe o nome completo do *negro*?”

() Não há mudança de sentido

() Há mudança de sentido. Explique:

2. “Eu não suporto esses malditos *cidadãos da comunidade*!”

“Eu não suporto esses malditos *favelados*!”

() Não há mudança de sentido

() Há mudança de sentido. Explique:

3. “A fulana gosta de um *preto!Vai até casar com um!*”

“A fulana gosta de um *negro!Vai até casar com um!*”

() Não há mudança de sentido

() Há mudança de sentido. Explique:

4. “Pessoas na *melhor idade* têm preferência no embarque.”

“Pessoas *idosas* têm preferência no embarque.”

() Não há mudança de sentido

() Há mudança de sentido. Explique:

5. “As pessoas *de pele mais escura* têm o privilégio de não entregar a idade.”

“As pessoas *negras* têm o privilégio de não entregar a idade.”

() Não há mudança de sentido

() Há mudança de sentido. Explique:

6. “Vamos imaginar uma pessoa de uma vila, uma pessoa *menos privilegiada...*”

“Vamos imaginar uma pessoa de uma vila, uma pessoa *mais pobre...*”

- () Não há mudança de sentido
- () Há mudança de sentido. Explique:

7. “Ele é um *negro* de alma branca.”
“Ele é um *afro-descendente* de alma branca.”
- () Não há mudança de sentido
 - () Há mudança de sentido. Explique:

ANEXOS

ANEXO A – A INVASÃO DO POLITICAMENTE CORRETO

A invasão do politicamente CORRETO

Beiram o exagero os termos utilizados para mascarar a realidade ou coibir manifestações preconceituosas

CLAUDIA TOROÃO

Qual a melhor maneira de se dirigir aos negros, homossexuais e idosos? Como não ofendê-los? Quais palavras usar e quais rejeitar? Há dez anos, perguntas como essas dificilmente povoariam a mente dos brasileiros. Hoje, dúvidas assim são comuns. Essa mudança de comportamento, que reflete diretamente em nossa maneira de falar, deve-se ao Movimento de Politicamente Correto. Nascido na militância política pelos direitos civis, nos Estados Unidos, na década de 70, ele ganhou

força nas universidades americanas nos anos 80 e desembarcou no Brasil pouco mais de dez anos depois. Prega que alguns termos sejam banidos do vocabulário para evitar manifestações preconceituosas de gênero, idade, raça, orientação sexual, condição física e social. A mania vem sendo incorporada pela sociedade, mas ferve o sangue de intelectuais, escritores e músicos cuja ferramenta de trabalho é justamente a palavra. O professor é

lingüística da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Bruno Dallara, considera o PC (como é chamado o movimento) arbitrário e cercador. "Ele provoca efeito contrário ao que defende", diz. "Ao seguir regras, a pessoa perde a naturalidade e se distancia do interlocutor." Além disso, os termos em alguns casos, transcendem o bom senso. As expressões "terceira idade" e "melhor idade",

Cantigas de roda
Antes: "Atirei o pau no gato/mas o gato não morreu/Dona Chica/Admirou-se/Do burro/Que o gato deu..."
Depois: "Não atire o pau no gato/porque isso não faz sentido/O queimado é nosso amigo/Não devemos maltratar os animais."

Universo GLS
Antes: "Homossexualidade"
Depois: "Diversidade sexual"
"Diversidade de gênero"

Pessoas com mais de 60 anos
Antes: "Velho"
Depois: "Idoso, terceira idade, melhor idade, maturidade"

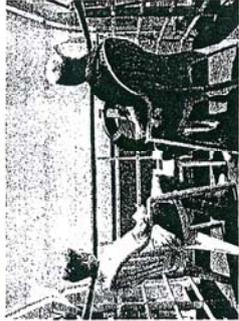
Empresa Brasileira de Turismo (EmbraTur) para nomear programas de viagens destinados aos idosos, têm como objetivo mascarar a velhice. Trata-se de uma jogada de marketing — o termo, mais positivo que velho, ajudaria a atrair este público. **Agora, já há profissionais do setor de turismo utilizando a expressão "suave idade", como se está realmente fosse a fase mais suave da vida.**

"Não entendo por que 'velho' é politicamente incorreto", diz o escritor Rubem Alves, do alto de seus 77 anos. "Já imaginaram se Ernest Hemingway tivesse dado ao seu livro o nome de *O idoso e o mar* (o nome é *O velho e o mar*)?", questiona. O Ministério do Turismo acabou "melhor idade" depois que a expressão

"terceira idade" foi registrada e eles perderam o direito de utilizá-la. "Não acho o termo bom, mas foi o melhor que encontramos", diz Marta Flor, do Ministério do Turismo.

As expressões difundidas pelos politicamente corretos

PUBLICOS Crianças aprendem versões politicamente corretas de canções de roda. Termos como "melhor idade" tentam disfarçar a velhice para vender pacotes turísticos.



estão presentes, principalmente, na militância gay e no movimento negro. A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT) editou uma cartilha para educadores e outra para comunicadores, em que sugere quais palavras devem ser usadas. Exemplo disso é a troca de

"homossexualismo" por "homossexualidade". O argumento é forte. Em 1996, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o homossexualismo da lista de doenças. Por isso, o sufixo "ismo" (que remete a doenças) não teria mais sentido. O movimento negro afirma que eles não querem ser chamados de "neguinho" e "preto". Preferem afrodescendentes — uma tradução, um pouco torta, do termo usado nos Estados Unidos pelos PCs, *afro-americanos*. Grande parte da lingü-

gem politicamente correta brasileira é inspirada na americana. Mas ela também nasce aqui. "Muitos termos e expressões são criados, mas somente alguns são aceitos pela mídia e passados para a frente", diz Dallara.

Até mesmo as escolas de ensino infantil são bexiga dessas manifestações. Há dez anos educadores alteraram a letra de canções de roda consagradas. Clássicos como *Atirei o pau no gato*, *O cravo e a rosa* e *Boi da cara preta* foram politicamente corretos ou não, o fundamental é ter bom senso.

Em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do governo federal, editou a **Cartilha do Politicamente Correto**. E foi bombardeada de críticas — acusada de cercar a liberdade de expressão e criticada por seus "exageros". Termos como "peão", "comunista" e "funcionário público" eram desacon-

por exemplo, é lido como agressivo e "pouco amigo" dos animais (leia como *ficou no quadro*). Os outros dois são tachados, respectivamente, de "desumano" e "racista". Segundo Claudia Razuk, coordenadora de uma das unidades do Colégio Itatiaia, em São Paulo, o objetivo é, desde cedo, ensinar a criança a maneira correta de agir. "A escola existe para isso", afirma. Recentemente, a própria educadora mudou a letra de uma canção, que considerava pessimista, para uma versão mais cor-de-rosa.

ANEXO B – O MACHISMO SEMPRE PRESENTE NA MUSICA POPULAR
BRASILEIRA

O machismo sempre presente na Música Popular Brasileira.

As musas dos compositores também apanham. Uma triste verdade: a Música Popular Brasileira é machista e sempre bateu em mulher. Não é raro encontrar palavras como "surra" e "miuro" desferidas às figuras femininas.

O fenômeno não é novo. Em 1926, o compositor Sinhô já escrevia sobre sua vontade de dar uma surra nas mulheres que abusavam nas rodas de samba. Noel Rosa já atirou um tijolo na testa de uma "mulher indigesta". Germano Mathias e Doca bateram com tanta força que a pobre foi parar na pia.

Quando a musa não está apanhando, seu papel é o da Amélia - a dona-de-casa que não tem vontade própria e serve para lavar, passar e fazer as vontades do marido.

O espetáculo "Os Cafajestes", que tem a participação do cantor Léo Jaime, mostra justamente algumas dessas músicas. É uma pancadaria que passa por "Ai, que Saudades da Amélia", "Mesmo que Seja Eu", "Eu gosto é de Mulher", entre outras. A seguir, mais exemplos de violência e machismo por meio de notas musicais. Chamem a polícia! (AE)



"Já Já (Se Essa Mulher Fosse Minha)"

Sinhô - 1926

Se essa mulher fosse minha eu tirava do samba já já / Dava uma surra nela que ela gritava: chega, chega, ó meu amor...

▶ Já em 1926, mulher que caía no samba causava chilliques nos machões. A música fala em "surra", "soco", "pauladas" e outros absurdos.

"Ai, que Saudades da Amélia"

Mário Lago - 1941

Às vezes passava fome ao meu lado / E achava bonito não ter o que comer / E quando me via contrariado / dizia meu filho o que se há de fazer / Amélia não tinha a menor vaidade / Amélia que era mulher de verdade...

▶ A música entrou no imaginário popular e Amélia virou sinônimo de um certo tipo de dona-de-casa. Não ter "vaidade" e "achar bonito não ter o que comer" são inerentes às Amélias.

"Os Homens são uns Anjinhos"

Zeca Ivo e Custódio Mesquita - 1932

Os homens são uns anjinhos e as

mulheres verdadeiros diabinhos / Mas mesmo assim o homem quer (...) Todo o mal que há no mundo foi a mulher que criou (...) Mulher, a mãe da mentira, do pecado e da tentação...

▶ A culpa é da mulherada. Veja bem, elas são acusadas de provocar "todo o mal que há no mundo". Todo! Cruze!

"Mulher Indigesta"

Noel Rosa - 1932

Mas que mulher indigesta / Merece um tijolo na testa...

▶ Até tu, Noel Rosa, que conquistou tantos corações? Bater na mulher com um tijolo na testa também daria cadeia.

"Minha Namorada"

Vinícius de Moraes e Carlos Lyra - 1962

Se você quer ser a minha namorada (...) Você tem que me fazer um juramento / De só ter um pensamento / Ser só minha até morrer (...) Você tem que vir comigo em meu caminho / Talvez o meu caminho seja triste pra você (...) Os seus olhos têm que ser só dos meus olhos...

▶ Muitas mulheres se derretem com

esses versos. Mas exigir um juramento e fazer com que a mulher "só tenha um pensamento" é antiquado e machista. Muita insegurança para um homem só. E um perigo...

"Silvia"

Marcélio Nova - 1983

Todo homem que sabe o que quer / Pega o pau pra bater na mulher / Ó Silvia...

▶ Letra impubescível e comentário desnecessário.

"Loira Burra"

Gabriel, O Pensador - 1993

Existem mulheres que são uma beleza / mas quando abrem a boca, hum, que tristeza / (...) Burdinha empinada / e a cabeça perfurada pra ficar igual a paqueta / Loira burra, loira burra, loira burra, loira burra...

▶ Por conta da música, as loiras inteligentes pintaram o cabelo.

"Mesmo que Seja Eu"

Roberto e Erasmo Carlos - 1982

Você precisa de um homem pra chamar de seu / Mesmo que esse

homem seja eu...

▶ Aquel, o homem aparece como um protetor, aquele que vai ser o eterno provedor de indefesas donzelas. A vingança é que a melhor intérprete da canção é uma mulher, Marina Lima.

"Eu Gosto é de Mulher"

Ultraje a Rigor - 1987

Mulher de qualquer jeito / Você sabe que eu adoro um peito / Peito pra dar de mamar / E peito pra enfeitar...

▶ Em tempos de silicone, a música até ganha um significado diferente.

"Vou Contar Tintim por Tintim"

Cartola - década de 1950

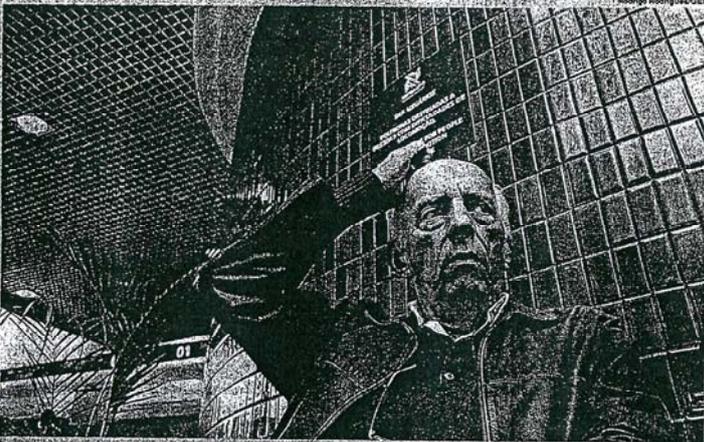
Eu fui tão maltratada / Foi tanta pancada que ele me deu / Que estou toda doída / Estou toda ferida / Ninguém me socorreu / Ninguém lá em casa apareceu / Mas eu vou ao distrito / Está mais do que visto / Isto não fica assim / Vou contar tintim por tintim / Tudo nele eu aturo / Menos tapas e murros / Isto não é para mim

▶ Alguém, enfim, deu voz a uma vítima de violência doméstica. Ao menos, o valentão irá para a delegacia.

ANEXO C – SOU VELHO E ACABOU

RUBEM ALVES/PSICANALISTA, ESCRITOR, EDUCADOR E TEÓLOGO

"Sou velho e acabou"



EDUARDO ANDREJEW

O psicanalista, educador, teólogo e escritor Rubem Alves se considera um velho. Ele pode até não gostar da condição, mas adora a palavra. A expressão é capaz, explica, de inserir o no reino da poesia. Enquanto isso, odeia e ridiculariza termos como idoso ou melhor idade. "Como melhor idade? É o fim da vida", provoca. Com 74 aniversários no currículo, desdenhando de todos os termos considerados politicamente

corretos, sem papas na língua e sem perder o senso do humor corrosivo, o professor em entrevista ao ABC Domingo, faz uma divertida e implacável reflexão sobre o significado e a percepção real da velhice. Mas acalme-se. Ele não pretende ofender ninguém, até porque boa parte de suas declarações vem acompanhada de indecifráveis risadas. Na verdade, Alves apenas está exercitando o espírito provocador que o transformou em um dos mais respeitados educadores do País.

Em uma crônica recente, o senhor defende o termo "velho", que não precisaria ser substituído por outros considerados mais amenos ou respeitáveis. Por quê?

Rubem Alves - Você veja. A alternativa ao velho é "o idoso". Idoso é uma palavra que se presta muito a fila de aeroporto, fila de supermercado, fila de banco. É uma palavra sem a menor conotação poética. Velho é uma palavra bonita, poética. "O velho e o mar" (romance de Ernest Hemingway), olha essas velhas árvores... O velhinho, falando para a velhinha, não vai falar "oh minha idosa querida". Então é uma questão pessoal.

Por quê?

Alves - Gosto da palavra velho. Prefiro ser chamado velho. Acho que a gente cria os eufemismos para inventar palavra para não ofender. Acho que idoso é mais ofensivo do que velho. Aliás, velho não é ofensivo coisa nenhuma. Sou velho e acabou.

Desde quando o senhor se considera velho?

Alves - Desde quando eu me considero velho?

Isso.

Alves - Essa é uma pergunta muito difícil de ser respondida. Sei que eu sou velho há mais de 25 anos. É só olhar para o espelho, conferir os aniversários e sei que sou velho. Mas sentir-me velho é uma coisa para mim que tem mais ou menos um ano

de idade. Eu comecei a me sentir velho um ano atrás. É um sentimento interessante.

Como?

Alves - É um sentimento de que o tempo é curto, sabe? Tem a ver com isso. Quer dizer, eu sabia que eu era velho, mas o sentimento "sou velho", quer dizer, "o meu tempo é curto". Eu começo a pensar na morte. A morte começa ser uma presença muito forte na minha vida.

“

Velho não inventaria essa expressão idiota: Melhor idade! Como, melhor idade?

”

Então é um sentimento ruim?

Alves - É. Por isso que tenho raiva dos aeroportos quando vão convocar os velhos e dizem "a melhor idade". É a maior mentira. Quem inventou essa expressão, primeiro, não era velho. Porque velho não inventaria essa expressão idiota. Melhor idade! Como, melhor idade? É o fim da vida! É um crepúsculo, é triste. Então eu acho um sentimento muito ruim. Depressivo, um sentimento depressivo. Um sentimento de crepúsculo.

Existem grupos que se auto-denominam de terceira idade. E eles abraçaram termos como melhor idade, por exem-

plu. O senhor acha que...

Alves - É um baile de máscaras. As pessoas gostam muito de se fantasiar de alegrinhos. Então elas se fantasiam: "ah, que belezinha, eu sou velhinha, eu sou melhor idade". É realmente uma grande mentira. As pessoas gostam muito de mentir. É como se as pessoas fossem a baile de máscaras, colocassem a fantasia de alegria e pronto. Não é verdade. Simplesmente não é verdade. Aliás, eu acho extremamente depressivo essas festinhas de velhinho dançando com velhinha. Eu acho extremamente depressivo. Eu, Eu acho, problema meu.

O senhor nunca foi a um baile desse tipo?

Alves - De jeito nenhum. Nem irei. Não quero dançar com velhinhas, embora eu goste das velhinhas. Eu prefiro dançar com as mocinhas (risos).

Esses termos politicamente corretos já estão aí há vários anos. Por exemplo, o negro virou afrodescendente.

Alves - Não é mais negro... Mas porque que não é negro? É claro que é negro. Esses caras não têm o que fazer. Ficam inventando esses negócios de politicamente correto. Eu estrou vindo agora de uma palestra sobre inclusão. Então, você não fala mais que a pessoa é cega. Ela é um "deficiente visual". Deficiente visual é o quê? Eu sou deficiente visual, mas não sou cego. Deficiente visual é qualquer pessoa que usa óculos. Você, você é um deficiente visual!

Porque uso óculos...

Alves - Você não é cego. Então, você não é deficiente visual para cego. Mas por quê? Qual é o problema em dizer "eu sou cego"? Por que a pessoa cega não diz que é deficiente, ela é portadora de deficiência? Então, deficiência é uma coisa solta e o outro vai portando-a como se fosse uma mala! A mala não sou eu. Eu só porto a mala. Isso aí, cace politicamente correto é politicamente idiota! Eu acho.

De onde isso teria surgido? A impressão que dá é que as palavras, com o tempo, vão ganhando um sentido pejorativo pelo excesso de uso. Isso seria verdade?

Alves - Olha, esse negócio de politicamente correto eu acho que começou com o movimento feminista. O movimento feminista que começou a insistir que não se devia falar, se referir: o homem. "Então não pode falar o homem? Não, não. Tem que ser o homem e a mulher." Então criou-se nos Estados Unidos uma linguagem esquisitíssima.

Por que esquisita?

Alves - Então você vai falar "ele", tem que botar "ele", traquinho (hifen), "ela". Você vai falar em Deus: "Ele-Ela", junto. Então fica uma coisa esquisita, horrível. Uma vez eu escrevi um livro. Era um livro teológico. Eu falava em Deus. Aí o pessoal disse: "toda vez que você falar em Deus tem que botar *He and She*. Falei "não ponho! Eu faço um trato com vocês. Num capítulo é *He* e no outro capítulo é *She*. Mas botar *He and She* é literariamente uma aberração. Isso não existe, ninguém fala assim".

Eles concordaram?

Alves - Concordaram.

Alguém já questionou o posicionamento do senhor?

Alves - Não, ninguém até agora questionou. Inclusive, as feministas são muito minhas amigas e gostam muito do meu jeito de falar as coisas.

Voltando à questão da velhice, quantos anos o senhor tem?

Alves - Eu não tenho 74.

Não tem?

Alves - Quantos eu tenho, só Deus sabe. Posso ter um, posso ter mais três. Quantos eu tenho? É uma tolice novamente dizer "eu tenho tantos anos". Então esses são os fósforos riscados, eu não tenho mais!

Então, passaram-se 74 anos.

Alves - Passaram, perdi. Então não tenho 74. Posso ter um, dez, não sei.

Voltando àquela pergunta, o senhor acha que com o tempo

as palavras vão ganhando sentido pejorativo?

Alves - Ah, vão. As palavras são submetidas ao tempo. Como as palavras que têm sentido pejorativo perdem o sentido pejorativo. Vou te dar um exemplo. Chamar uma pessoa de "filho da puta". Antigamente se você falasse "ó seu filho da puta", dava tiro. Hoje você até fala para um amigo. É até carinhoso: "ó seu filho da puta", é até carinhoso. Quer dizer, quando você fala filho da puta, você não está querendo dizer que a mãe dele é uma puta. É uma palavra que tem um sentido completamente diferente. Então as palavras vão se alterando.

A própria palavra, quando foi criada, não tinha sentido pejorativo, não é?

Alves - Não, não.

Por falar nisso, já existe um termo, politicamente correto para a palavra. Hoje elas são as profissionais do sexo e não mais as prostitutas.

Alves - Exatamente.

“

Não tenho menor idéia do que vai acontecer com a educação no futuro.

Literariamente o termo...

Alves - Literariamente é a mesma coisa. É a mesma coisa. Então... (começa a rir) é muito ridículo. Você sabe? É a profissional do sexo... Qual é a diferença? É a prostituta, ela vende o seu corpo. É a mesma coisa.

Eu gostaria que o senhor falasse das suas atividades. Pelo visto é uma vida atribulada.

Alves - É o seguinte. Eu sou um educador e gasto o meu tempo escrevendo para os jornais e dou palestras basicamente sobre educação. Então é isso que eu faço a maior parte do meu tempo e passo mais tempo escrevendo, o que é um dos meus grandes prazeres.

Como está a educação hoje, na opinião do senhor?

Alves - Ah não. Essa pergunta é proibida. Se você me fizer essa pergunta eu viro Hulk na mesma hora. É a pergunta que todo mundo faz e eu não respondo a essa pergunta, porque todo mundo sabe a resposta.

E o futuro da educação pode ser melhor?

Alves - Isso aí nem Deus sabe. Eu não tenho menor idéia do que vai acontecer com a educação no futuro.

Nem "Ele-Ela" sabe?

Alves - Nem Ele-Ela sabe (risos). Não sei.

ANEXO D – NINGUEM ESCAPA

Especial

Márcio Pinheiro - 5218-3042
 marcio@zerohora.com.br

MARATHA MEDEIROS



marthamedeiros@terra.com.br

Ninguém escapa

Quando perguntam qual o livro de que mais gostei na vida, é uma sinuca. Deve haver uns 158 livros que eu gostaria de mencionar pelos motivos mais diversos, mas é preciso escolher um só. Uniduni-tê: há 13 anos respondo que o livro da minha vida é *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago. E gostei demais da versão que Fernando Meirelles levou pro cinema. Gostei mesmo.

Mas não é do filme que quero falar, e sim desse mundo patrulheiro em que estamos vivendo. Algumas associações de deficientes visuais (ao menos nos Estados Unidos) estão apelando pelo boicote ao filme, alegando que a obra passa uma imagem deturpada dos cegos, que não são pessoas tirânicas, depravadas ou com instintos animalescos de sobrevivência, como o filme leva a crer. Deus meu, será tão difícil de entender? O filme é sobre todos nós.

Dá um destino ver como algumas pessoas têm dificuldade em abstrair, em compreender metáforas ou em deixar de lado seu complexo de perseguição. Procuram com insistência alguma coisa que as faça se sentirem ofendidas. E encontram, lógico.

Outro dia um jornalista deu uma entrevista na tevê dizendo que o programa dos *Trapalhões*, hoje, seria líder em acusações de politicamente incorreto. Não duvido. Renato Aragão não tinha nenhum pudor em fazer piada sobre negros, gordos, gays, vegetarianos, loiras, publicitários, políticos ou qualquer outra tribo que rendesse piada – e todas rendem. Hoje ele colecionaria processos. É mais seguro ficar apresentando o Criança Esperança pro resto da vida.

Todas as pessoas devem ser cuidadosas, claro. Não há sentido em perpetuar preconceitos, mas uma terra de paladinos é muito xarope. Um mínimo de jogo de cintura deve ser preservado, senão ninguém mais poderá brincar, se divertir, fazer uma molecagem. Como é que vamos manter a leveza se a turma dos "magoados" não cessa de crescer? Outro dia escrevi sobre escolhas, disse que todos temos escolhas, enfim, um assunto bobo, prosaico. Recebi um e-mail furioso: "Eu sou depressiva e não tenho escolha!" Ok, quem sofre de depressão tem dificuldade em escolher pela sociabilidade. Entendo. Mas, e agora? Como escrever sobre o incômodo de se perder um óculos de grau, se há mães que perderam filhos? Como escrever sobre a delícia de se caminhar ao ar livre se tem gente que nasceu sem pernas, como escrever sobre vinhos se tem gente que nem água potável tem em casa? E nem pensar em elogiar o talento de Amy Winehouse, aquela drogada, devassa. Não importa que ela cante de forma magnífica, tem que ser pura e casta também. Assim como o professor de redação de uma escola carioca, que recentemente foi demitido porque descobriam que ele escrevia poemas eróticos num blog. Que horror! Professor tem que gastar suas horas livres escrevendo vovô viu a ua. Se é que isso não é suspeito também...

Na onda desse sbacari chamado "politicamente correto", muita gente acha que está salvando o mundo, quando está apenas defendendo sua própria tacanhice.

Bom dia, Erick de Oliveira

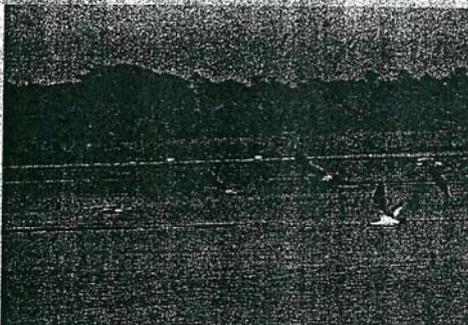
O estudante caxiense Erick de Oliveira, 18 anos, conquistou o primeiro lugar em um concurso de roteiros para curta-metragem promovido pelo site www.roteirista.com. Inspirado em Quentin Tarantino e na maneira como o cineasta usa referências em seus filmes, Erick escreveu o texto *Grande Vazio*, que ele classifica como uma espécie de comédia policial.

Informe Especial - O roteiro surgiu por acaso?

Erick - Quase isso. Fui carregar o meu cartão de ônibus e resolvi ir a pé. No caminho tive a ideia da história. Escrevi o roteiro rapidamente, em mais ou menos três dias. Fui bastante influenciado pelos gibis.



VENNY DO TEBEN



O Litoral Sul fica mais colorido a partir de hoje, com o início do 8º Festival Brasileiro das Aves Migratórias. Em Mostardas, o momento é de apreciar os bandos que nesta época do ano retornam da América do Norte, para onde migram antes do inverno.

Jayme Sirotsky na SIP

O presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS, Jayme Sirotsky, foi reconduzido à presidência do Fundo de Bolsas de Estudos e eleito para o comitê executivo da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). A entidade promoveu sua 64ª assembleia geral em Madri.

Confuso horário

Moradores de Santana do Livramento e da vizinha uruguaia, Rivera, estão divididos em dois horários, pois o de verão já chegou ao Uruguai. Maria Andréia Espinoza, 35 anos, uruguaia naturalizada brasileira que mora em Livramento e trabalha em Rivera, acordou uma hora mais cedo para abrir o estabelecimento.

- ✓ No Uruguai, o horário de verão teve início no domingo e vai até 8 de março.
- ✓ No Brasil, os relógios serão adelantados em uma hora no dia 19. A mudança vai até 15 de fevereiro e é restrita a 10 Estados, inclusive o Rio Grande do Sul.

✓ O Diálogo Inter-religioso, grupo de Porto Alegre que reúne diferentes crenças, estreia hoje em zerohora.com seu blog, com serviços e reflexões.

Sofá aquático

Há poucos meses, o Informe Especial registrou o imenso número de sofás abandonados em ruas da Capital. Mas, em Caxias, esse tipo de negligência foi mais longe. Na sexta-feira, uma turma levou um estofado para o espaço em torno da Lagoa do Rizzo e o abandonou. Na madrugada seguinte, outras pessoas jogaram o móvel dentro da lagoa. O que restou permaneceu na água até segunda-feira.

Metamorfose ambulante

Em épocas de tantas mudanças econômicas, políticas, sociais e existenciais, vale lembrar a frase do ex-governador Carlos Lacerda: "Eu mudo de ideia sempre que encontro uma melhor do que a minha".

✓ Amanhã, 16 de outubro, é Dia de Santa Edwiges, padroeira do endividados. Quem seria a santa padroeira dos credores?

A PROPOSTO

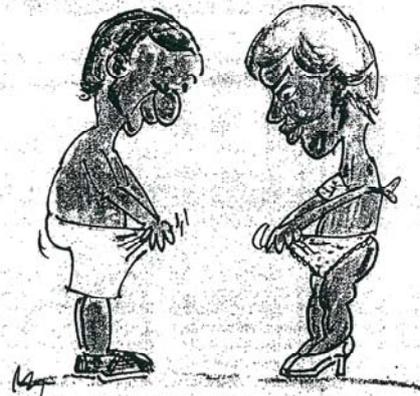
Questões pessoais devem pautar a campanha?

Opine no mural em ZEROHORA.COM/participe

- Sobre: ascensão das faxineiras
- Desejo: o contrabando de metais preciosos

MARGO AURELIO

DEBATE EM SP



marco.aurelio@zerohora.com.br

Preste atenção

Leitor que viajava pelo Interior envia essa curiosa foto de uma rodovia que mostra a preocupação excessiva de avisar que "logo ali adiante" existe um pedágio.



Lei Seca e Oktoberfest

A comissão da 24ª Oktoberfest de Santa Cruz acertou ao oferecer alternativas de transporte aos turistas para evitar que tenham problemas com a Lei Seca. Em cinco dias de festa, nenhum caso de embriaguez ao volante foi constatado pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar.

- Não acreditamos em conscientização. As pessoas aproveitam o pacote de ações oferecido pela organização da festa porque sabem que a polícia está rigorosa - analisa o capitão Leandro Arbogast da Cinha, comandante do Pelotão Rodoviário de Santa Cruz.

Discussão

A caixa de e-mails de zerohora.com ficou congestionada em função da reportagem sobre o artigo de um tradicionalista crítico aos "trejeitos homossexuais" de dançarinos de alguns CTGs.

Mais de 160 leitores se posicionaram, alguns a favor e outros contra o autor.

ANEXO E – CURRICULO LATTES



Roberta Justo Rossoni

Possui graduação em Letras: Português/ Inglês pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2002). Pós-graduada em Estudos Avançados em Língua Inglesa, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é Mestranda em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a partir de 2007.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização em 24/11/2008

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/0723967126061237>

Dados Pessoais

Nome Roberta Justo Rossoni

Nascimento 19/08/1979 - São Leopoldo/RS - Brasil

CPF 95712860015

Formação Acadêmica/Titulação

- 2007** Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Porto Alegre, Brasil
Título: A escolha lexical quando do uso da linguagem politicamente correta: uma análise de acor
Implicaturas de Grice
Orientador: Jorge Campos da Costa
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 2005 - 2006** Especialização em Estudos Avançados em Língua Inglesa.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Porto Alegre, Brasil
Título: Gender Issues in EFL: An analysis of the movie As Good As It Gets
Orientador: Cristina Lopes Perna
- 1998 - 2002** Graduação em Letras: Português/ Inglês.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Sao Leopoldo, Brasil
Título: Formas de Expressão do Futuro de Presente: uma análise quantitativa
Orientador: Vera Helena Dentee de Mello

Formação complementar

- 1993 - 1993** Curso de curta duração em English Language.
Yazigi International, YAZIGI, Brasil
- 1997 - 1998** Extensão universitária em Língua Inglesa.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Sao Leopoldo, Brasil
- 2000 - 2000** Curso de curta duração em V Semana Acadêmica de Letras.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Sao Leopoldo, Brasil
- 2000 - 2000** Curso de curta duração em Exponha-se 2000 - Sem. de Pesquisa e In.Científica.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Sao Leopoldo, Brasil
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em VIII Semana Acadêmica de Letras.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Sao Leopoldo, Brasil
- 2004 - 2004** Curso de curta duração em Teaching English as a Foreign Language.
University of Saskatchewan, UofS, Canadá

2005 - 2005 Extensão universitária em Formação de Revisores de Texto.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Sao Leopoldo, Brasil

Atuação profissional

1. Colégio Sinodal - ESCOLA

Vínculo institucional

2007 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professora titular , Carga horária: 10, Regime: Parcial

2. Escola Municipal Marechal Cândido Rondon - EMEF

Vínculo institucional

2003 - 2006 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professora titular , Carga horária: 20, Regime:

3. Escola Municipal Fernando Ferrari - EMEF

Vínculo institucional

2006 - 2006 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: professora titular - Língua Inglesa , Carga horária: 10, Regime: Parcial

4. EMEF Nicolau Anselmo Wecker - EMEF

Vínculo institucional

2003 - 2005 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: professora titular , Carga horária: 14, Regime:

5. Escola Municipal Pedro de Quadro Bittencourt - EMEF

Vínculo institucional

2003 - 2004 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: professora titular , Carga horária: 6, Regime: Parcial

6. CCAA - São Leopoldo - CCAA

Vínculo institucional

2002 - 2002 Vínculo: professor , Enquadramento funcional: professora de Língua Inglesa , Carga horária: 4, Regime: Parcial

7. Full Time - Escola de Idiomas - FULLTIME

Vínculo institucional

2000 - 2002 Vínculo: professor , Enquadramento funcional: professora de Língua Inglesa , Carga horária: 8, Regime: Parcial

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 02/03/2009 às 10:33:33.